



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ISRAEL MONTESUMA OLIVEIRA

ALTERNATIVAS PARA O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: A
REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO PLANEJAMENTO URBANO.

“Monografia apresentada ao departamento de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina, como parte das exigências do curso de Ciências Econômicas, para obtenção do título de “Bacharel””.

Orientador: Prof. Dr. Armando de Melo Lisboa.

Florianópolis
Santa Catarina – Brasil.
2008

ISRAEL MONTESUMA OLIVEIRA

ALTERNATIVAS PARA O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: A
REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO PLANEJAMENTO URBANO.

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito para obtenção do grau de bacharel, no Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Banca Examinadora:

Orientador: _____

Prof. Dr. Armando de Melo Lisboa
Universidade Federal de Santa Catarina

Membro: _____

Prof. Dr. Lauro Mattei
Universidade Federal de Santa Catarina

Membro: _____

Prof. Dr. Hoyêdo Lins
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, junho de 2008.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família, meus amigos e a todos aqueles que contribuíram para a conquista deste momento.

AGRADECIMENTOS

Essa caminhada somente foi possível com a ajuda de algumas pessoas que de forma direta ou indiretamente contribuíram para a minha formação acadêmica, cívica e ética. Gostaria de agradecer a todos que me ajudaram e colaboram no processo de construção de minha pessoa como indivíduo e ser coletivo.

Primeiramente gostaria de agradecer a todos os professores do curso de economia pela importante contribuição em minha formação intelectual e profissional. Em especial a Lauro Mattei, Helton Ouriques, Silvio Cário, Renato Campos, Marcos Valente, Wagner Arienti, Fernando Seabra, Claudia Soares, Hoyêdo Lins e Carmen Gelynski pela grande contribuição ao desenvolvimento de minha formação acadêmica.

Ao professor Armando de Mello Lisboa, pelo apoio, incentivo, paciência e oportunidades dadas ao longo do curso, que com certeza irão contribuir muito para esta nova etapa que irá começar.

Aos colegas do Nesol-UFSC, pelo apoio acadêmico que possibilitou um melhor acompanhamento no desenvolvimento do trabalho desempenhado na IPC.

Aos colaboradores do Centro Cultural Escrava Anastácia e em especial aos companheiros da Equipe de Empreendedorismo da IPC, André Ruas, Willian Narzeti e Alceu Balbim, pela luta diária na busca de uma melhor condição de vida para a juventude de Florianópolis.

Aos meus grandes amigos Rafael Barbosa, Felipe Turini, Amanda Lima, Felipe Armani, Pedro Henrique, André Bueno, Camilo Moura, Rafael Augusto, Cristina Bared, João Miranda, Bruno Amorim, Ismael, Daniel Silveira, Leonardo Nunes, Valéria Mazaro, Rodrigo Daldegan, Leonardo Daldegan, Mari, Viviana Sartori (por me aturar desde os primeiros dias de aula) e a todos os meus amigos que mesmo não tendo o nome citado são de extrema importância na minha vida, pela amizade e companheirismo ao longo dessa caminhada acadêmica e amadurecimento pessoal.

Aos amigos de Brasília, por manterem a forte amizade mesmo com a distância e especial a Família Moraes de Carvalho que são mais do que amigos.

A minha Família do Ceará, mesmo pela distância tenho muito gosto por ela.

Aos meus irmãos Rafael, Daniel e Monaliza, pela amizade e companheirismo.

A Vovó Rita por me ajudar a crescer forte e com saúde.

Ao meu pai Lucio Sérgio que me deixou grandes ensinamentos e que de alguma forma ainda esta presente em nossos corações e memórias.

Ao nosso anjinho da guarda Giulia Maria, que olha e protege minha família e a nossa nova integrante Luna, que é motivo de grande alegria.

Especialmente a minha mãe Maria Afonsina, a grande responsável por tudo isso ser possível. Uma grande mulher, mãe, profissional e a melhor pessoa do mundo, por ser forte e a base de sustentação de nossa família.

RESUMO

A necessidade de se pensar o planejamento urbano se torna essencial para o desenvolvimento de uma composição social dos espaços urbanos de maneira mais justa. A disponibilidade de alternativas aos indivíduos para que estes possam ter alguma renda, possibilitando, dessa forma, sustentar suas famílias, mostra que uma melhor composição no processo de distribuição da renda se torna instrumento fundamental ao se pensar o planejamento urbano. As relações de produção individuais, coletivas e institucionais existentes no atual estágio em que se encontra o modelo de produção capitalista, desenvolveu, especialmente no Brasil, uma polarização da distribuição da riqueza dentro do ambiente urbano. A forma contraditória de criação da riqueza material na sociedade limita uma grande parcela da sociedade de terem acesso as benfeitorias desenvolvidas pelo sistema. Desenvolvendo uma desigualdade e uma relação de pobreza jamais vista no mundo. Ao perceber que a pobreza é relativa de tempo e espaço e muito mais do que a simples relação de privação material, torna mais claro perceber que o desenvolvimento de alternativas, talvez seja a melhor opção na reestruturação do espaço urbano. Trabalhar no processo distributivo de renda e desenvolver alternativas que possibilitem aos indivíduos terem a possibilidade de escolha, que não seja a criminalidade como sua fonte principal de renda, são medidas e aspectos cruciais de medida no planejamento da cidade. A economia solidária, através de princípios como de cooperação e solidariedade, entre outros, pode ser uma utopia passível de concretização e de fato contribuir para a justiça social dentro das cidades. A consolidação de ideais e a realização de projetos, hoje desempenhados no Brasil, identificam o forte poder de mudança na estrutura social e espacial da cidade. Sua crescente atuação pode ajudar na construção de um melhor ambiente urbano.

LISTA DE TABELAS

| | | |
|-------------|---|----|
| Tabela 01 - | Domicílios particulares permanentes urbanos, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> , segundo as Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 1996..... | 14 |
| Tabela 02 - | Domicílios particulares permanentes urbanos, total e proporção dos domicílios com serviços de saneamento, por classes de rendimento médio mensal domiciliar <i>per capita</i> , segundo as Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 1996 | 19 |
| Tabela 03 - | Pessoas de 15 anos ou mais de idade, analfabetas, total e taxa de analfabetismo, por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> , segundo as Grandes Regiões – 2006 | 20 |
| Tabela 04 - | Os Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil | 53 |
| Tabela 05 - | OAD'S | 76 |

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|-------------|--|----|
| Figura 01 - | Princípios da economia solidária | 52 |
| Figura 02 - | IPC | 64 |

SUMÁRIO

| | |
|------------------------|------|
| RESUMO | vi |
| LISTA DE TABELAS | vii |
| LISTA DE FIGURAS | viii |

CAPÍTULO I

| | |
|--|---|
| 1. INTRODUÇÃO DO TRABALHO | 1 |
| 1.1. INTRODUÇÃO | 1 |
| 1.2. OBJETIVOS | 3 |
| 1.2.1. OBJETIVO GERAL | 3 |
| 1.2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 3 |
| 1.3. METODOLOGIA E MARCO TEÓRICO | 4 |

CAPÍTULO II

| | |
|---|----|
| 2. O PROCESSO URBANO E A JUSTIÇA SOCIAL DENTRO DA CIDADE | 8 |
| 2.1. A POBREZA | 8 |
| 2.2. A FUNÇÃO DA REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA REAL NA FORMAÇÃO DO PROCESSO SOCIAL E NA ESTRUTURA ESPACIAL URBANA..... | 11 |
| 2.2.1. OS PROCESSOS POLÍTICOS NA REDISTRIBUIÇÃO DA RENDA | 18 |
| 2.3. DESENVOLVIMENTOS GEOGRÁFICOS DESIGUAIS | 22 |
| 2.3.1. ESCALAS ESPACIAIS E DIFERENÇA GEOGRÁFICA..... | 25 |
| 2.4. MODOS DE PRODUÇÃO, INTEGRAÇÃO ECONOMICA E A PRODUÇÃO DE EXCEDENTE NA FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO | 28 |

CAPÍTULO III

| | |
|---|----|
| 3. MOMENTO DE UTOPIA | 37 |
| 3.1. PENSANDO A UTOPIA | 37 |
| 3.2. BUSCANDO ALTERNATIVAS | 41 |
| 3.2.1. SOCIALISTAS UTÓPICOS E O PRINCÍPIO DOS IDEAIS COOPERATIVISTAS | 41 |

| | |
|---|----|
| 3.3. DO COOPERATIVISMO AO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA | 46 |
|---|----|

CAPÍTULO IV

| | |
|---|----|
| 4. UM PROJETO DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA | 54 |
| 4.1. ECONOMIA INFORMAL | 54 |
| 4.1.1. O CIRCUITO INFERIOR | 56 |
| 4.2. CONSTRUINDO UMA ALTERNATIVA | 59 |
| 4.2.1. AROEIRA | 59 |
| 4.2.2. INCUBADORA POPULAR DE COOPERATIVAS | 64 |
| 4.2.2.1. DESENVOLVENDO UMA METODOLOGIA | 67 |
| 4.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 78 |

| | |
|--|-----------|
| 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 81 |
|--|-----------|

| | |
|-----------------------|-----------|
| APÊNDICE | 83 |
|-----------------------|-----------|

| | |
|--|----|
| Anexo I PLANTA INTERNA DA INCUBADORA POPULAR DE COOPERATIVAS | 84 |
| Anexo II TÉRREO DA IPC | 85 |
| Anexo III PRIMEIRO ANDAR DA IPC | 86 |
| Anexo IV SEGUNDO ANDAR DA IPC | 87 |
| Anexo V OUTROS ESPAÇOS DE INCUBAGEM EM FLORIANÓPOLIS | 88 |

CAPÍTULO UM

INTRODUÇÃO DO TRABALHO

1.1 - INTRODUÇÃO:

O atual estágio do capitalismo construiu de maneira contraditória uma significativa melhoria na produção de tecnologias que possibilitem o desenvolvimento de uma sociedade. Porém ao mesmo tempo em que vivemos grandes avanços tecnológicos que desenvolvam a qualidade de vida das pessoas, com a polarização da desigualdade e a limitação de alguns de seus indivíduos de obterem acesso a essas benfeitorias, desenvolve-se dentro das cidades uma relação de pobreza que atinge uma parcela cada vez maior da população. Evidentemente que o modo de produção capitalista da mesma maneira em que consegue aumentar sua riqueza, também se torna capaz de aumentar a pobreza individual de um considerável segmento da sociedade. No momento em que a competição se torna a principal forma de desenvolvimento e o aumento da riqueza social é fruto do capital reproduzido na esfera de exploração da força de trabalho, cria-se uma estrutura polarizada e concentrada de formação da riqueza individual dentro da sociedade.

As cidades são exemplos principais de consolidação da riqueza social. Sua construção e sua formação espacial é resultado de excedente vindos da produção social. A formação da cidade somente é possível pela acumulação e concentração de um excedente social. A formação do ambiente urbano surge então como resultado dialético das relações entre a base econômica e a superestrutura ideológica, política, jurídica e cultural dos indivíduos participantes da sociedade.

A violência, a criminalidade, a fome e a miséria surgem como indicadores no processo de identificação dos problemas estruturais da cidade. Trabalhar a melhor distribuição da renda e as potencialidades das comunidades mais pobres se torna fundamental para a melhor composição do espaço urbano.

Tendo em vista as transformações ocorridas na estrutura urbana devido, em grande parte, pelo crescimento acelerado ocorrido nas últimas décadas, a cidade hoje se depara com um grande dilema a ser resolvido: adequar esse crescimento urbano fruto, em parte, do crescimento populacional e econômico, com a incorporação dos indivíduos no mercado de trabalho, utilizando políticas efetivas capazes de atrair os indivíduos da

sociedade a uma alternativa lícita e formal, tornando-se capaz de sustentar uma atividade produtiva que de fato beneficie o desenvolvimento econômico e social da região.

Pensar o planejamento urbano consiste na incorporação de conceitos capazes de proporcionarem a justiça social. Compreender a formação da desigualdade e entender a formação da polarização da composição da renda individual e trabalhar a pobreza de maneira mais sensível desempenha um papel importantíssimo na construção de alternativas que contribuam para o melhor andamento do espaço urbano.

O Planejamento urbano é muito mais do que alocar recursos materiais de maneira eficiente, o planejamento passa por toda uma complexibilidade de relações sociais dentro de uma construção histórico-geográfico de uma área específica ou de diversas localidades integradas.

Estudar sua formação e desenvolver alternativas que atendam de fato os interesses dos indivíduos que compõem o ambiente urbano é o grande desafio para a melhor formação e desenvolvimento do espaço urbano.

1.2 - OBJETIVOS

1.2.1 – OBJETIVO GERAL:

O objetivo geral desse trabalho consiste em elaborar um estudo sobre a possibilidade que uma melhor distribuição de renda exerce na transformação e formação do espaço urbano de maneira mais justa.

1.2.2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Os objetivos específicos consistem em analisar os impactos sociais e econômicos que uma melhor distribuição de renda promove dentro de um espaço urbano, analisando de que forma a economia solidária atua como uma utopia na construção de um bem-estar social na cidade.

A fundamentação de conceitos bases e fatores que contribuam para a modificação e formação do espaço urbano. O desenvolvimento de alternativas viáveis para o melhor desenvolvimento do ambiente urbano, no intuito de contribuição na concretização de utopias que desempenham a melhor construção do ambiente e do espaço urbano.

Apresentação de um projeto de geração de emprego e renda desenvolvido pela entidade âncora *Centro Cultural Escrava Anastácia*, através do *Consórcio Social da Juventude do Ministério do Trabalho*, até o surgimento da Incubadora Popular de Cooperativas que atua como base educacional e profissional, surgindo, também como uma oportunidade de mudança da transformação da perspectiva de vida individual dentro de um processo de construção coletiva.

1.3 - METODOLOGIA E ESTRUTURA DO TRABALHO:

Uma pesquisa científica necessita de um procedimento passível de demonstração e verificação e para tanto a pesquisa precisa delimitar quais métodos serão utilizados.

Esse trabalho consiste no primeiro momento em compreender a formação do espaço urbano, de que maneira o planejamento pode desenvolver potencialidades e modificar o espaço e proporcionando uma justiça social dentro da cidade. O segundo capítulo consiste em trabalhar conceitos bases e com isso identificar alternativas que possam contribuir para a construção de um ambiente urbano mais justo e com melhor qualidade de vida para todos os indivíduos que compõem o espaço. Entender como a melhor distribuição da renda pode melhorar o bem-estar social dentro da cidade e desenvolver seu ambiente com mais justiça a modificar positivamente a configuração do espaço urbano.

Nesse primeiro momento do trabalho, utilizei trabalhos e fundamentações teóricas de David Harvey, desenvolvendo e aprofundando conceitos e conhecimentos por ele desenvolvidos. Harvey é professor emérito de Antropologia no centro de pós-graduação da City University of New York nos Estados Unidos. Foi professor de Geografia da Johns Hopkins University e da Oxford University e membro da London School of Economics. Possui uma formação marxista e utiliza livros como o “Manifesto Comunista” e “O Capital” para desenvolver seus trabalhos. Sua fundamentação teórica foi imprescindível para a formulação e o desenvolvimento desse trabalho.

O segundo momento consiste em se pensar e buscar alternativas para o melhor desenvolvimento do espaço urbano, desenvolver e fomentar possibilidades, que muitos consideram utópicas, que tenha como intuito uma maior justiça dentro das cidades.

A apresentação da economia solidária que está em processo de construção de uma base sólida e expande seus ideais e conceitos para todo o Brasil. Compreender sua formação histórica desde os primórdios do capitalismo, vindos junto à revolução industrial, através de práticas cooperativas dos trabalhadores que se encontravam em degradantes condições de trabalho, até seu aparecimento no Brasil e sua consolidação social e institucional realizados por diversas organizações como a ANTEAG e a SENAIS.

Paul Singer surge como um dos principais autores sobre a economia solidária, atuando também de maneira política dentro de instituições públicas e vem se dedicando

ao longo de décadas, ao estudo de uma alternativa socialista e democrática ao modo capitalista de produção.

A identificação de conceitos como a autogestão, a solidariedade, a cooperação, entre outros, se torna fundamental para o desenvolvimento de projetos que visam a melhor estruturação do ambiente urbano. Dessa forma possibilitando a penetrabilidade de alternativas não capitalistas dentro do próprio sistema capitalista.

O último momento desse trabalho se constitui na aplicação de uma alternativa que está sendo realizada dentro da Grande Florianópolis. Mostrar como um projeto de geração de emprego e renda pode contribuir para a modificação de uma realidade sofrida dos jovens da periferia, até o desenvolvimento de benfeitorias dentro das comunidades empobrecidas e em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para o melhor desenvolvimento da cidade como um todo.

A incubadora Popular de Cooperativas surge então como uma importante figura na caminhada do processo que tem seu papel principal o de construção de alternativas para a inclusão social de indivíduos, que de certa forma, são excluídos do sistema formal do capitalismo e se tornam marginalizados em decorrência da concorrência selvagem e a pela potencialização do materialismo como base na formação do individualismo presente no sistema capitalista.

Esse material tem como intuito identificar fatores que o objetivo, o estudo e a análise da Incubadora Popular de Cooperativas pode desempenhar e se constituir em um determinado fenômeno, que foi realizado dentro de um espaço da área da ciência econômica e capaz de realizar modificações na área social e espacial da cidade e do ambiente urbano.

A constituição de uma metodologia de incubagem, fazendo um levantamento de indicadores e observando sua atuação dentro da configuração do atual panorama sócio-econômico de Florianópolis e de que maneira a atração de programas de geração de emprego e renda pode contribuir para a transformação dessa realidade. Mostrando e contextualizando a forma em que se constituiu a efetivação da IPC, tendo como fontes órgão públicos, a ONG responsável pelo projeto e a própria experiência profissional vivida dentro da incubadora.

A busca de dados oficiais provindas do IBGE, IPEA, IPUF-SC, SENAES, reportagens e fontes complementares, também se forma como um instrumento de extrema importância no auxílio do desenvolvimento desse trabalho.

A forte atuação do estado em Florianópolis fez com que as atividades urbanas se desenvolvessem pelo setor público, fortalecendo o comércio e tendo o crescimento do Estado a base de sustentação da atividade econômica local.

As ações políticas transformaram a estrutura social da cidade expandindo o espaço urbano e modificando o perfil social de Florianópolis. O fortalecimento do comércio tornou a atividade como a principal fonte de renda da população e juntamente com o setor público acentuaram a demanda de imigrantes vindos, principalmente, do interior do Estado na busca por emprego em ambos os setores.

Com o crescimento da população e a expansão urbana, as obras em infraestrutura e as políticas de geração de emprego e renda se tornam cada vez mais imprescindíveis para a sustentabilidade desse crescimento. Porém o crescimento da cidade que ocorre de forma desordenada, acelerando a desigualdade social e precarizando as condições de vida dos seus indivíduos. Além dos constantes casos de opressão, levando a população jovem a recorrerem ao tráfico de drogas e a criminalidade como, talvez, a “melhor” alternativa para a saída dessa marginalização. A expansão da cidade de Florianópolis, a produção de riqueza material da forma individualizada em detrimento do coletivo, cria uma maior necessidade de um planejamento urbano adequado para que se consiga o desenvolvimento de maneira sustentável.

A expansão do espaço urbano através do processo de uso e ocupação do solo está inteiramente relacionada com essa transformação social de Florianópolis.

Esta configuração passa a originar violentos conflitos nos processos de uso e ocupação do solo, agora não só no perímetro urbano, que se ampliou consideravelmente em toda a ilha. Com a crescente valorização do solo urbano, várias atividades foram segregadas do Centro e foram também definidos padrões de predominância de algumas atividades. Passa a ocorrer na ilha uma valorização imobiliária crescente aliada a explosão do turismo, que aqui tem a natureza como objeto de consumo privilegiado. Nestes novos processos de redefinição dos espaços, os atores dos conflitos se multiplicaram e tornaram-se mais diversificados, ilhéus e estrangeiros assumem características diversas. (CECA, 1996, pág. 103)

O CECA – Centro de Estudos Cultura e Cidadania – desempenha um papel importante para o desenvolvimento de Florianópolis, pois aplica estudos e pesquisas sobre o processo de formação do espaço urbano da cidade. O Livro “Uma Cidade numa

Ilha” traz um relatório sobre os problemas sócio-ambientais de Florianópolis, servindo como um instrumento importante para a elaboração da monografia em questão.

O conceito de Desenvolvimento Sócio-Econômico é amplamente discutido no ambiente econômico tendo diversas concepções, há autores que caracterizam o desenvolvimento como crescimento dos indicadores quantitativos da atividade econômica e autores que defendem o conceito de desenvolvimento como sendo fruto de crescimento econômico em conjunto com melhorias na condição de vida de toda a população, trabalhando de forma equilibrada com o meio ambiente, não deteriorando o mesmo de maneira que possa comprometer as gerações futuras.

Tendo esse último conceito baseado nas convenções e programas da ONU – Organizações das Nações Unidas - abordado de forma sintética, tem-se o rumo a ser seguido nessa pesquisa da qual pretendo realizar, o aprofundando em conhecimentos na área com o intuito de clarear tal conceito e assim poder analisar tais investimentos de forma mais profunda, pretendendo atingir melhorias de bem-estar social da população de toda Florianópolis.

O planejamento urbano surge como um processo de criação e desenvolvimento de programas que buscam melhorar ou revitalizar certos aspectos, como qualidade de vida da população, dentro de uma dada área urbana. O planejamento urbano lida com os processos de produção, estruturação e apropriação do espaço urbano. A interpretação destes processos, assim como o grau de alteração de seu encadeamento, varia de acordo com a posição a ser tomada no processo de planejamento e principalmente com o poder de atuação do órgão planejador.

O planejamento urbano torna-se um forte instrumento para que se desenvolva a cidade de Florianópolis de maneira sustentável, trazendo assim modificações e estrutura que de fato melhorem a qualidade de vida de toda a população.

CAPÍTULO DOIS

O PROCESSO URBANO E A JUSTIÇA SOCIAL DENTRO DA CIDADE

2.1 - A POBREZA

Existe uma grande dificuldade no trabalho de conceituação do termo pobreza, devido principalmente por sua relatividade espacial e temporal, além de existir o fato do dinamismo e da complexidade encontrada em sua natureza, isso tudo incorporado dentro de sua situação específica em uma sociedade.

Correntes que tentam trabalhar o conceito de maneira puramente material, como O. Lewis, citado por Santos Milton (1978, p. 8) que afirma que se pode ter uma definição aproximada de pobreza como uma simples relação na “incapacidade de satisfação de necessidades individuais”, ou baseando-se apenas na relação do poder de compra reduzido do indivíduo dentro de uma normalidade social em que vive. Conceituar a pobreza como um simples quantitativo material restringe toda uma questão complexa e de certa forma subjetiva a meros termos estatísticos, quantificando, de alguma forma, aspectos não-quantificáveis e esquecendo todo outro tipo de relações que estão incorporados dentro dela e que muitas vezes quem está de fora não consegue perceber. Restringir a pobreza a essas formulações, consiste em trabalhá-la de maneira parcial e incompleta.

Para reforçar e complementar essa argumentação pode se observar quando Minas e Ackoff, apud Harvey (1980) aborda que “se uma preferência individual pode ser ponderada para exprimir sua intensidade sensível, então é possível inferir alguma espécie de função social de bem-estar”. Da mesma forma quando Harvey (1980) cita Shepard que identifica a subjetividade nas análises desse tipo de fator: “tem sido dada bastante atenção em psicologia e psicofísica a esta questão de medir valores subjetivos: o trabalho realizado indica que pode ser obtida informação sobre preferências e ponderações, e existem técnicas de manipular, por exemplo, dados ordinais para obter informação métrica”.

Organismos e instituições internacionais que trabalham com a noção de linha de pobreza baseiam-se, muitas vezes, de maneira estática. Tentando mensurar, como já colocado, aspectos de difícil ou nenhuma mensuração. Esse tipo de abordagem pode levar à erros e equívocos de interpretações e de definições, na medida em que a

definição de pobreza é relativa de cada sociedade e seu caráter é extremamente dinâmico.

Conceitos de necessidades e recursos são extremamente dinâmicos, tendo esses conceitos alterados em uma velocidade cada vez maior no mundo contemporâneo, devido, principalmente, as alterações das inovações tecnológicas vividas no mundo, onde essas inovações levam a um aumento na velocidade das transformações sociais.

O mais importante nessa relação consiste no fato de que para se trabalhar com a pobreza o fator essencial está na sua compreensão – como e onde ela surgiu, de que forma ela se estruturou, como os fatores endógenos e exógenos atuam na sua manutenção, reprodução e sustentação – e não apenas medi-la. Compreender sua vivência. Santos (1978) coloca que existem diferentes tipos de pobreza e devido a isso não tem sentido procurar uma definição matemática ou estática. Em sua obra Santos também cita Buchanan (1972, p. 225), para reforçar sua argumentação: “o termo pobreza não só implica um estado de privação material como também um modo de vida – e um conjunto complexo e duradouro de relações e instituições sociais, econômicas, culturais e políticas criadas para criar segurança dentro de uma situação insegura”.

Quando se trabalha com uma estrutura urbana social e geográfica é fundamental a utilização de instrumentos e ferramentas estatísticas, quando se trata da compreensão do fenômeno da pobreza esses instrumentos são importantes e também não se podem descartar essas informações. A grande dificuldade na utilização está na maneira de sua abordagem, na maioria dos casos e pesquisas, as perguntas e formulações fundamentais são subordinados a um modelo internacional pré-concebido e isso acaba resultando na transferência de conceitos de países desenvolvidos e quando aplicado a uma realidade de país subdesenvolvido, exige uma reinterpretação desses conceitos. Portanto é extremamente importante selecionar e analisar bem essas informações, como Santos (1978) coloca: “É evidente que não se podem dispensar informações estatísticas, mas é preciso recusar essas informações um valor próprio e suficiente. As estatísticas só expressam a realidade quando recolhidas através de uma teoria válida; estatística e teoria se completam.”.

A definição dos limites urbanos, a dificuldade na sua determinação espacial e temporal somados com as relações individuais dentro da sociedade. Compreender os fenômenos sociais dentro dos limites e das condições geográficas, de maneira interdependente, é mais um obstáculo enfrentado pelo pesquisador. Harvey (1980, p.

26) evidencia bem a importância desse tipo de relação como fundamental para uma melhor análise:

“ A ponte entre as imaginações sociológicas e geográfica pode ser construída somente se possuímos recursos adequados, que importam um conjunto de conceitos e técnicas que possam ser usados para unir os dois campos. Se a construção resultante for passível de elaboração analítica e suscetível de teste empírico, então métodos matemáticos e estatísticos serão necessários, e devemos por isso, identifica-los. Se, por exemplo, estamos interessados na interação entre o simbolismo espacial da cidade, os mapas mentais dos indivíduos, seus estados de fadiga e seus padrões de comportamento social e espacial, então será necessário um conjunto de recursos. Se estamos interessados na mudança inerente a forma e na forte dinâmica social a qual esta associada, teremos necessidade de um conjunto diferente. No primeiro caso, necessitamos uma linguagem que seja capaz de abranger as complexidades de variadas geometrias individuais e sistemas de atividade social. No segundo, podemos tentar, ignorar os detalhes do comportamento individual e contentarmo-nos em examinar as relações entre a forma espacial da cidade e o comportamento agregativo nela manifestado.”

A falta de estatísticas fíeis a uma realidade é outro aspecto que gera uma grande dificuldade nas formulações e nas análises sobre a pobreza. Devido ao aspecto informal e de certa forma “alternativo” a um modelo burocrático formal definido pelo Estado. A realização de uma atividade econômica, bem como forma de trabalho e de geração de renda das famílias. Esse setor, em sua maioria realizada por classes mais pobres, não possuem dados e números oficiais de confiança, devido, como já abordado, fundamentalmente a sua informalidade nos contratos e sua fragilidade burocrática, mais um obstáculo que dificulta ainda mais na obtenção de dados confiáveis. Milton Santos (1978) prefere abordar esse setor através do conceito de circuito inferior. Não se podem esquecer as atividades criminais (como comércio de roubados, tráfico de drogas e armas, entre outros) que de certa forma, também, funcionam como uma forma de geração de renda de uma determinada fatia dessa população, mesmo com as atividades ocorrendo de maneira ilícita.

2.2 – A FUNÇÃO DA REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA REAL NA FORMAÇÃO DO PROCESSO SOCIAL E NA ESTRUTURA ESPACIAL URBANA.

Os processos sociais são os grandes impulsionadores nas transformações e mudanças da estrutura urbana da cidade, em muitos casos são até mesmo auto-impulsionadores. Os planejadores também possuem um papel importantíssimo no ordenamento e no curso dos eventos do próprio planejamento.

A necessidade de uma função social sendo trabalhada sob a ótica do bem-estar da população seria o papel principal das políticas de planejamento (tanto públicas, como privadas). Porém, a fragilidade das estruturas sociais e econômicas observadas no Brasil, e ainda mais especificamente, em algumas cidades, nos leva a uma outra realidade, onde interesses individuais muitas vezes se sobrepõem aos interesses sociais e com isso dificulta o desenvolvimento das cidades. Proporciona o desvio da atenção dos mecanismos que articulam as decisões locais em assuntos como rede de transportes, saneamento básico, rede educacional, etc. Fatores associados com seus efeitos distributivos sobre a renda real de diferentes grupos da população.

Grande parte das políticas sociais é formada com o intuito de manutenção de uma ordem já estipulada na distribuição de renda, isso dentro de um sistema social existente, ou no sentido de uma redistribuição da renda nos diferentes grupos que constituem a sociedade. Harvey (1980) aponta que compreender os mecanismos que geram desigualdades é fundamental para execução de uma dada distribuição, porque é pelo controle e manipulações desses mecanismos que se pode alcançar um objetivo de melhoria de renda da estrutura urbana.

Existem algumas condições que governam e determinam a distribuição de renda dentro de um sistema urbano local. A velocidade com a qual diferentes grupos da sociedade levam para se ajustarem dentro de uma modificação da estrutura urbana ocorridas em si mesma, constitui de uma condição fundamental para essa determinação. Mesmo com o aumento da velocidade dessas transformações, o processo de ajustamento leva um período relativamente longo para atuar nessa mudança. Isso nos ajuda a concordar com a afirmativa de Harvey (1980, p. 43) onde “essa variável, velocidade de ajustamento, significa que há diferenciais substantivas no desequilíbrio do sistema urbano em qualquer momento do tempo.” Tornando mais evidente a observação de que

grupos providos de melhores recursos financeiros e educacionais se adaptam com mais facilidade a nova realidade urbana.

A acessibilidade e o custo de proximidade, também se enquadram nesse grupo de condicionantes. Ter acesso a oportunidades de emprego, serviços e recursos que proporcionam o bem estar do indivíduo, possui um determinado preço que iguala ao custo de superar distâncias, denominado de preço social, que é aquele que o indivíduo é forçado a pagar para que se possa ter acesso a alguns recursos e facilidades encontradas na sua cidade, esse preço está incluído desde o simples custo de locomoção (passagem de ônibus), até custos relativos como psicológicos e emocionais, decorrentes de bem-estar. A questão da proximidade implica no simples fato de estar junto a algum grupamento de pessoas, mesmo sem fazer uso direto disso, e estar de alguma forma sentindo algum efeito dessa proximidade, ela estará de alguma forma impondo custos de moradia.

Quando algum elemento do sistema urbano está em atividade ele pode provocar algum tipo de efeito, sem algum preço ou custo monetário a algum outro elemento desse sistema. Pode-se então denominar esse fenômeno como exteriorização, da qual implica também como condicionante no fator distributivo do sistema urbano. Mishan que é citado por Harvey (1980, p.47) traz uma boa abordagem para se entender esse fenômeno:

“Diz-se que efeitos externos ocorrem quando efeitos relevantes de produção e bem-estar são inteiramente ou parcialmente gratuitos. Estando fora do sistema de preços, tais efeitos externos são algumas vezes considerados como produtos adicionais, desejados ou não, das atividades de outras pessoas que imediatamente afetam o bem estar de indivíduos” (1969,164).

Os efeitos dessas exteriorizações podem ocorrer de maneira benéfica, trazendo ganhos à sociedade, ou também fazendo com que a sociedade arque com os seus custos, como por exemplo, no caso da poluição. Na medida em que as sociedades crescem em seu tamanho seus efeitos e incidências também possuem um aumento. Dentro da estrutura existente, observa-se que muitas ações realizadas na tentativa de organizar a distribuição da renda, acabam por se tornar mecanismos individualizados de obtenção de vantagens dessas exteriorizações.

A presença das exteriorizações traz uma necessidade de interferência pública, devido à inabilidade dos mecanismos de mercado no aspecto referente à alocação, de forma eficiente, dos recursos disponíveis. Implicada pelo fato de que a oferta e o

consumo são fatores vitais para o entendimento e a compreensão dos efeitos das exteriorizações. Observa-se, então, que a alocação de uma utilidade pública se faz sentido a partir do momento que um segmento da população não desfruta de quantidades e qualidades de um produto (mercadoria, posto de bombeiro, etc.) mesmo estes estando disponíveis em questão de oferta, ou seja, mesmo que algum produto esteja nas prateleiras, o fator renda não possibilita tal camada de ter acesso ao mesmo. Harvey (1980, p. 48) mostra o forte impacto decorrente das exteriorizações:

“Sabemos muito pouco sobre o efeito e a forma desses compôs de exteriorização no ambiente urbano. Mas, não deve haver dúvida de que sua localização tem efeito muito poderoso sobre a renda real do indivíduo. As mudanças neles podem ser um fator de redistribuição da renda; e por isso, uma fonte potencial de desigualdade de renda.”

Quando ocorre uma mudança na localização da atividade econômica implica também em mudança na localização das oportunidades de emprego e renda. O mesmo acontece no realocamento da atividade habitacional, mudam-se as oportunidades de moradia. Em conjunto com a ocorrência dessas mudanças, associam-se os gastos com locomoção e transporte, isso influencia, também, nas oportunidades de emprego na medida em que a dificuldade de acesso ao emprego e o custo de transporte são fatores essenciais nas possibilidades do mesmo. Essa relação é facilmente observada, mas a influência dentro do processo de desigualdades muitas vezes não são tão facilmente perceptíveis, ou, até mesmo, não querem ser vistas por quem atua diretamente em tais setores.

Observando a tabela 1 que teve seus dados retirados do IBGE, nota-se o nível desigual na composição habitacional dentro do espaço urbano no Brasil.

Regiões e localidades mais pobres como o Norte e o Nordeste brasileiro, tem mais da metade da sua população residindo em domicílios com até um salário mínimo per capita. Tendo esse percentual reduzido nas regiões sul e sudeste. Torna-se mais claro compreender a relação da concentração de renda com o nível habitacional de cada indivíduo na sociedade.

Tabela 1 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 1996

| Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas | Domicílios particulares permanentes urbanos | | | | | | |
|---|---|---|-----------------|---------------|---------------|---------------|------------|
| | Total (1) (1 000) | Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%) | | | | | |
| | | Até 1/2 | Mais de 1/2 a 1 | Mais de 1 a 2 | Mais de 2 a 3 | Mais de 3 a 5 | Mais de 5 |
| Brasil (2) | 32 209 | 25,0 | 26,0 | 22,0 | 8,9 | 7,2 | 7,0 |
| Norte (3) | 1 564 | 39,4 | 26,7 | 15,8 | 6,1 | 4,6 | 4,2 |
| Rondônia | 199 | 30,8 | 29,2 | 18,1 | 9,9 | 5,6 | 3,7 |
| Acre | 77 | 34,2 | 25,2 | 16,2 | 5,6 | 7,7 | 9,4 |
| Amazonas | 364 | 35,3 | 27,6 | 17,9 | 8,7 | 4,0 | 3,9 |
| Roraima | 47 | 12,9 | 22,7 | 27,3 | 10,6 | 16,7 | 6,8 |
| Pará | 630 | 47,0 | 25,5 | 13,3 | 4,1 | 3,2 | 3,8 |
| Região Metropolitana de Belém | 209 | 31,4 | 25,0 | 17,8 | 7,6 | 6,9 | 8,1 |
| Amapá | 70 | 29,7 | 32,9 | 19,4 | 6,5 | 7,1 | 2,6 |
| Tocantins | 159 | 45,0 | 26,7 | 12,7 | 2,3 | 3,7 | 3,6 |
| Nordeste | 6 790 | 46,7 | 24,4 | 12,3 | 4,0 | 3,6 | 3,4 |
| Maranhão | 519 | 62,3 | 21,6 | 8,2 | 2,1 | 0,8 | 2,1 |
| Piauí | 352 | 53,0 | 21,5 | 13,8 | 4,4 | 2,8 | 1,9 |
| Ceará | 1 049 | 47,4 | 25,9 | 12,6 | 3,8 | 3,9 | 3,2 |
| Região Metropolitana de Fortaleza | 598 | 41,1 | 26,3 | 14,2 | 4,9 | 5,2 | 4,6 |
| Rio Grande do Norte | 394 | 43,8 | 30,2 | 11,3 | 5,7 | 3,9 | 4,6 |
| Paraíba | 523 | 45,4 | 28,1 | 14,0 | 3,6 | 3,8 | 3,8 |
| Pernambuco | 1 394 | 43,3 | 24,0 | 11,8 | 3,8 | 3,5 | 3,6 |
| Região Metropolitana de Recife | 721 | 32,0 | 23,7 | 14,0 | 5,0 | 4,4 | 5,2 |
| Alagoas | 380 | 46,9 | 21,9 | 14,2 | 4,5 | 4,5 | 3,6 |
| Sergipe | 284 | 41,9 | 24,1 | 14,2 | 4,9 | 4,6 | 3,5 |
| Bahia | 1 896 | 44,9 | 23,6 | 12,3 | 4,2 | 4,0 | 3,5 |
| Região Metropolitana de Salvador | 650 | 31,5 | 22,9 | 16,8 | 6,3 | 6,7 | 7,2 |
| Sudeste | 16 393 | 16,4 | 25,7 | 25,7 | 11,2 | 8,6 | 8,7 |
| Minas Gerais | 3 344 | 26,9 | 30,4 | 21,2 | 7,3 | 5,7 | 5,1 |
| Região Metropolitana de Belo Horizonte | 880 | 21,2 | 26,3 | 22,1 | 8,9 | 7,3 | 8,6 |
| Espírito Santo | 551 | 27,9 | 27,8 | 21,0 | 8,2 | 5,6 | 5,6 |
| Rio de Janeiro | 3 679 | 16,4 | 26,5 | 24,2 | 9,8 | 9,0 | 9,8 |
| Região Metropolitana do Rio de Janeiro | 2 969 | 15,0 | 25,2 | 24,2 | 10,2 | 9,5 | 11,4 |
| São Paulo | 8 818 | 11,6 | 23,4 | 28,3 | 13,5 | 9,8 | 9,8 |
| Região Metropolitana de São Paulo | 4 502 | 10,0 | 20,8 | 27,1 | 14,2 | 10,5 | 12,3 |
| Sul | 5 219 | 18,6 | 28,0 | 25,4 | 9,3 | 8,6 | 7,5 |
| Paraná | 1 986 | 21,5 | 29,7 | 23,8 | 8,4 | 7,5 | 6,9 |
| Região Metropolitana de Curitiba | 630 | 11,9 | 26,4 | 27,3 | 11,2 | 10,1 | 11,7 |
| Santa Catarina | 959 | 14,6 | 29,5 | 28,4 | 8,9 | 9,5 | 6,7 |
| Rio Grande do Sul | 2 274 | 17,7 | 25,9 | 25,5 | 10,1 | 9,1 | 8,4 |
| Região Metropolitana de Porto Alegre | 925 | 13,6 | 23,3 | 25,6 | 10,5 | 10,6 | 11,2 |
| Centro-Oeste | 2 262 | 26,8 | 28,1 | 20,4 | 7,9 | 6,0 | 6,4 |
| Mato Grosso do Sul | 421 | 28,5 | 30,6 | 18,3 | 7,8 | 6,2 | 4,3 |
| Mato Grosso | 432 | 28,1 | 29,1 | 20,8 | 8,8 | 5,1 | 5,1 |
| Goiás | 1 010 | 30,1 | 30,5 | 20,2 | 6,2 | 4,4 | 4,2 |
| Distrito Federal | 398 | 15,5 | 18,2 | 22,6 | 11,0 | 11,2 | 15,8 |

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1996.

(1) Exclusive os domicílios sem declaração de número de dormitórios. (2) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (3) Exclusive a população rural.

Observa-se que na composição do espaço urbano brasileiro os predomínios de casas de famílias pobres constituem uma esmagadora maioria e dessa forma causando um contraste visível no ambiente da cidade.

A oferta de moradias de baixa renda não é elástica, dada pelo fato de que o estoque de moradia é fixada, ou parcialmente fixado pelo padrão característico de quantidade de moradias disponíveis nas cidades. Dentro desse contexto, podemos observar a deficiência no sistema de transporte na ilha de Santa Catarina, onde comunidades e bairros que mais necessitam de transporte coletivo urbano não desfrutam de quantidades de linhas, horários e até mesmo acesso a esse tipo de serviço.

Outro aspecto fundamental e de extrema relevância em relação aos custos e acessos do transporte urbano, está na questão do lazer. No momento em que existe um déficit de locais públicos (praças, quadras poli - esportivas e similares) dentro da periferia urbana e em conjunto a isso, também, pela própria estrutura física da periferia brasileira, que em muitos casos não desfrutam de infra-estrutura básica e decente de saneamento, calçadas, ruas e iluminação. Esses custos e acesso ao transporte público, tornam-se grandes limitadores de possibilidades de lazer.

Observando o caso de Florianópolis, não se pode esquecer, do aspecto da cidade ser litorânea e com grande diversidade de acesso ao mar. As praias, que teoricamente seriam uma forma simples, barata e pública de lazer, acabam por ser tornarem uma opção com baixo aproveitamento, diante de sua real potencialidade, pela população mais pobre da cidade. Esse segmento da sociedade acaba por, também, ser excluída desse tipo de acesso.

As grandes distâncias entre os bairros e aos acessos a essas praias, além da falta de disponibilidades, especificamente em Florianópolis, de transporte público em finais de semana são grandes entraves no sentido de proporcionar lazer aos grupos mais pobres, pois esses estão localizados em sua grande maioria nos morros próximos ao centro, ou em áreas longes das principais praias turísticas da cidade. Salvo algumas exceções, é claro, como a de comunidades ribeirinhas, mas essas muitas vezes, devido à falta de saneamento básico, correm riscos a saúde por estarem em locais não tão próprios para o lazer.

O desequilíbrio diferencial existente dentro da forma espacial da estrutura urbana pode ser grande fator de distribuição de renda. De maneira mais geral o rico, que possui uma mobilidade maior, pode conseguir grandes benefícios com as mudanças nas localizações de emprego e, ou, moradias. Os mais pobres, ao contrário, possuem suas

oportunidades restritas, pois sua quase imobilidade pode se tornar uma grande dificuldade nos processos de relocação dos empregos e também das moradias. Isso pode levar a uma distribuição regressiva de renda bastante significativa em um sistema urbano que esta em mudança rápida.

Os efeitos das exteriorizações podem surgir de diferentes formas e fontes, fazendo com que esses efeitos estejam de maneira continua e constante influenciando no solo e no mercado de propriedade. O valor dos direitos de propriedade muda-se constantemente e pode ser modificado de forma acentuada em um curto período de tempo, muitas vezes elas são decorrentes de movimentos migratórios, de políticas de investimentos, modificações em legislações, etc. os valores dos direitos de propriedade, também, são fortemente influenciados pelos valores dos direitos de propriedade de vizinhos.

Dentro da organização territorial do espaço urbano, os distintos territórios contêm em si mesmo um grupo de pessoas providas de valores, funções de utilidade e comportamentos com certo grau de homogeneidade, isso no momento em que essas pessoas se relacionam de alguma forma com a propriedade. Essa organização gera uma distribuição das exteriorizações, podendo também criar novas exteriorizações para outros. Devido a esses fatores o padrão de exteriorização e a ocupação no mercado de moradias acaba mudando a novos lugares incorporando novos custos e benefícios aos lugares onde já existiam organização habitacional.

O poder político e econômico são grandes influenciadores na manutenção das organizações já existentes e na formação do novo espaço ocupada no mercado de moradias. Portanto deve ter uma ação coletiva para que esse mercado possa funcionar de maneira mais coerente e equilibrada.

Existe uma relação de análise importante de se observar, ela consiste na relação entre a renda real do indivíduo com o valor do solo e das moradias e o preço dos recursos disponíveis na cidade. A alteração nos preços dos produtos disponíveis, ou uma alteração no valor do solo, por exemplo, ocasiona uma nova configuração na composição da renda do mesmo individuo ou família. De maneira dialética, a alteração da renda real do individuo, também, como consequência, modifica a estrutura dos recursos e das propriedades da cidade.

A partir disso, observa-se o grande impacto, de certa forma direta, da distribuição de renda com a disponibilidade e preços dos recursos, tendo uma forte causalidade nas transformações da organização do espaço urbano, essas que no mundo

contemporâneo atual e altamente globalizado, tornam-se, em um curto espaço de tempo, cada vez mais mutáveis na medida em que o sistema urbano cresce e se desenvolve.

Analisando o sistema urbano a partir de gigantesco sistema de recursos, onde a grande parte foi criada ou desenvolvida pelo homem, pode-se notar que esse sistema, também possui uma distribuição geográfica desses mesmos recursos. Os recursos disponíveis na sociedade possuem um significado e um valor econômico, social e psicológico com grande apego a questão simbólica, com isso refletindo em toda a construção e estruturação da organização e formação do espaço urbano.

Os efeitos de exteriorizações em decorrência da utilização e exploração de qualquer recurso disponível devem ser muito bem observados e analisados. As mercadorias também sofrem inovações, muito pelo fato de que estas estão em constante avaliação por parte da sociedade, pois sua quantidade depende bastante das preferências individuais existentes, além da capacidade e habilidade dos indivíduos para o auxílio na exploração dentro do sistema.

A acessibilidade e sua relação com o entorno dela são grandes fatores de determinação de preço e de proximidade de um recurso no ambiente urbano. Caso haja uma variação em qualquer fator, haverá, por conseguinte, uma mudança de preço em determinada localidade, assim conseqüentemente afetando a renda real do indivíduo. Portanto a forma contínua de transformação e modificação do espaço urbano influencia em todo o processo de construção e criação dos recursos. Isso influenciará na distribuição de renda, tendo em mãos um forte instrumento de redistribuição e geração de emprego e renda.

A disponibilidade e o preço de recursos, o processo de distribuição e geração de renda, possuem extrema relação com a atividade criminal. Conseguem calcular valores materiais de bens que estão em circulação, mas os danos físicos, psicológicos e morais são de difícil quantificação. Pode-se até tentar fazer alguma estimativa sobre o custo da atividade criminal, porém os impactos ocasionados pelos aspectos sentimentais como medo e trauma, por exemplo, são de impossíveis mensurações. Essa relação mostra como a atividade criminal muitas vezes surge como uma relação de causa e efeito no processo de distribuição de renda, sendo ela, também, como até uma fonte de renda direta de uma determinada camada social. Sua atuação é um forte influenciador na configuração geográfica da sociedade, deixando os mais pobres ainda mais vulneráveis nesse processo.

2.2.1. OS PROCESSOS POLÍTICOS NA REDISTRIBUIÇÃO DA RENDA.

Os processos políticos são elementos cruciais na composição do espaço urbano. A configuração política de uma sociedade, pode, por si só, demonstrar os impactos gerados dentro da área urbana. Grupos menores, muitas vezes conseguem se articular de melhor forma, devido, em boa parte, pelo seu poder econômico criando a esses indivíduos um maior acesso aos recursos disponíveis (boas escolas, alimentação, maior acesso a informática, etc.) no ambiente. Isso em relação deteriorante a grupos maiores, geralmente compostos pela classe mais pobre da cidade e desprovida de fácil acesso a esses recursos, mas mesmo sendo em numero maior, na maioria dos casos possuem pouca organização e acaba perdendo poder político, criando, como consequência, um poder de barganha desigual no processo de alocação e locação de benfeitorias das cidades.

Em uma sociedade capitalista, como é a situação do Brasil, pode-se concluir que é muito difícil, indivíduos, em sua maioria egoísta, consigam formar um grupo organizado e que tenha grande participação popular em prol voluntariamente de um bem coletivo. Os grupos geralmente se formam e se articulam na tentativa dos indivíduos atenderem suas necessidades e interesses próprios. Observando a estrutura política do país percebe-se tal ponto ao analisar a composição política dentro das instituições presentes do poder público.

A partir disso fica mais fácil de compreender o motivo das periferias do país estarem carentes de recursos e bens públicos, pois isso é um dos fatores fundamentais na manutenção da estrutura geográfica e social das cidades brasileiras.

A tabela 2 também tendo sua fonte retirada de dados do IBGE mostra bem como a organização da elite consegue trazer benefícios para suas localidades habitacionais.

No Brasil enquanto cerca de trinta por cento das casas que tem seu rendimento médio mensal per capita com até meio salário mínimo desfrutam de saneamento básico, os domicílios que tem seu rendimento per capita mais de cinco salários mínimos tem mais de oitenta por cento de casas com serviços de saneamento. Mostra a clara relação do fator renda com os benefícios de saneamento básico.

Tabela 2 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e proporção dos domicílios com serviços de saneamento, por classes de rendimento médio mensal domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 1996

| Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas | Domicílios particulares permanentes urbanos | | | | | | | |
|---|---|--|---|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-----------------|
| | Total (1) (1 000 domicílios) | Proporção com serviços de saneamento (%) (2) | | | | | | |
| | | Total | Classes de rendimento médio mensal domiciliar <i>per capita</i> (salário mínimo) | | | | | |
| | | | Até 1/2 | Mais de ½ a 1 | Mais de 1 a 2 | Mais de 2 a 3 | Mais de 3 a 5 | Mais de 5 |
| Brasil (3) | 32 209 | 54,7 | 30,5 | 49,5 | 65,4 | 73,5 | 76,9 | 82,1 |
| Norte (4) | 1 564 | 10,0 | 4,4 | 8,2 | 16,2 | 18,8 | 23,2 | 24,6 |
| Rondônia | 199 | 1,9 | 1,2 | 1,3 | 3,1 | 3,8 | 0,0 | 5,0 |
| Acre | 77 | 20,5 | 11,3 | 23,7 | 31,6 | 7,7 | 33,3 | 22,7 |
| Amazonas | 364 | 24,9 | 12,7 | 20,3 | 38,3 | 39,6 | 52,4 | 46,3 |
| Roraima | 47 | 3,0 | 0,0 | 3,3 | 0,0 | 0,0 | 9,1 | 11,1 |
| Pará | 630 | 6,5 | 1,6 | 4,3 | 11,8 | 17,1 | 31,6 | 30,1 |
| Região Metropolitana de Belém | 209 | 18,9 | 7,3 | 13,3 | 25,4 | 25,5 | 44,4 | 40,2 |
| Amapá | 70 | 0,6 | 2,2 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Tocantins | 159 | 2,1 | 2,9 | 2,2 | 1,6 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Nordeste | 6 790 | 24,3 | 16,1 | 24,1 | 36,1 | 39,7 | 46,3 | 56,0 |
| Maranhão | 519 | 10,5 | 7,3 | 9,7 | 31,4 | 15,4 | 20,0 | 38,5 |
| Piauí | 352 | 5,6 | 1,1 | 8,3 | 14,0 | 16,7 | 21,1 | 0,0 |
| Ceará | 1 049 | 12,8 | 9,8 | 12,7 | 15,9 | 17,0 | 21,6 | 30,2 |
| Região Metropolitana de Fortaleza | 598 | 15,5 | 12,1 | 14,5 | 16,6 | 19,8 | 23,4 | 33,3 |
| Rio Grande do Norte | 394 | 25,8 | 19,9 | 25,4 | 36,8 | 40,9 | 20,0 | 42,9 |
| Paraíba | 523 | 34,0 | 23,6 | 35,0 | 47,9 | 61,1 | 52,6 | 52,6 |
| Pernambuco | 1 394 | 34,5 | 23,4 | 33,2 | 50,5 | 57,1 | 59,4 | 76,0 |
| Região Metropolitana de Recife | 721 | 39,4 | 27,4 | 34,4 | 53,2 | 56,7 | 60,1 | 73,9 |
| Alagoas | 380 | 21,1 | 15,2 | 17,9 | 30,6 | 19,4 | 51,6 | 48,0 |
| Sergipe | 284 | 27,3 | 19,8 | 19,7 | 37,4 | 51,1 | 53,5 | 56,3 |
| Bahia | 1 896 | 27,6 | 17,9 | 28,5 | 40,1 | 44,5 | 57,2 | 69,0 |
| Região Metropolitana de Salvador | 650 | 37,0 | 22,8 | 31,3 | 43,1 | 54,3 | 64,6 | 75,8 |
| Sudeste | 16 393 | 76,5 | 57,0 | 70,8 | 81,2 | 86,6 | 89,5 | 91,5 |
| Minas Gerais | 3 344 | 69,2 | 50,1 | 68,3 | 80,0 | 83,6 | 90,0 | 91,1 |
| Região Metropolitana de Belo Horizonte | 880 | 72,7 | 53,2 | 65,6 | 78,1 | 87,4 | 94,5 | 94,6 |
| Espírito Santo | 551 | 57,3 | 36,2 | 52,0 | 71,1 | 82,0 | 82,0 | 83,6 |
| Rio de Janeiro | 3 679 | 64,1 | 42,5 | 55,4 | 67,0 | 73,9 | 81,6 | 88,8 |
| Região Metropolitana do Rio de Janeiro | 2 969 | 66,8 | 45,0 | 56,5 | 69,7 | 74,7 | 83,6 | 89,9 |
| São Paulo | 8 818 | 85,6 | 74,8 | 80,7 | 87,1 | 91,2 | 92,7 | 93,1 |
| Região Metropolitana de São Paulo | 4 502 | 81,5 | 65,3 | 72,8 | 82,0 | 89,5 | 90,6 | 92,1 |
| Sul | 5 219 | 47,3 | 27,1 | 38,2 | 50,9 | 62,6 | 67,1 | 76,7 |
| Paraná | 1 986 | 36,5 | 15,3 | 28,4 | 40,1 | 55,3 | 62,2 | 74,8 |
| Região Metropolitana de Curitiba | 630 | 59,2 | 42,1 | 46,5 | 55,0 | 68,5 | 81,6 | 87,7 |
| Santa Catarina | 959 | 46,7 | 30,5 | 41,6 | 50,5 | 58,9 | 53,6 | 69,7 |
| Rio Grande do Sul | 2 274 | 56,9 | 38,5 | 46,4 | 59,9 | 69,2 | 76,6 | 80,4 |
| Região Metropolitana de Porto Alegre | 925 | 78,6 | 61,8 | 72,8 | 78,5 | 86,5 | 91,1 | 93,2 |
| Centro-Oeste | 2 262 | 35,7 | 20,9 | 28,1 | 42,4 | 49,5 | 60,3 | 69,2 |
| Mato Grosso do Sul | 421 | 10,1 | 5,3 | 7,5 | 12,1 | 17,2 | 23,1 | 22,2 |
| Mato Grosso | 432 | 21,4 | 12,2 | 15,8 | 26,3 | 27,9 | 43,7 | 53,1 |
| Goiás | 1 010 | 34,1 | 20,6 | 29,9 | 41,1 | 53,6 | 62,2 | 75,2 |
| Distrito Federal | 398 | 82,4 | 70,3 | 78,2 | 87,2 | 86,5 | 88,3 | 84,2 |

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1996.

(1) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento e sem rendimento. (2) Domicílios com condições simultâneas de abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede geral e lixo coletado diretamente. (3) Excluída a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (4) Excluída a população rural.

Os valores sociais presentes na composição da sociedade em conjunto com sua dinâmica cultural constituem fatores fundamentais presentes no desenvolvimento do sistema urbano. Suas modificações e adaptações são de extrema relevância na composição do espaço urbano.

Uma modificação ou uma transferência na renda do indivíduo pode ter impactos diferentes em uma pessoa rica e uma pobre, para um homem pobre essa variação pode ter um peso muito maior.

No momento em que vivemos em um mundo globalizado e cada vez mais tecnológico, o indivíduo para se integrar ao sistema urbano, necessita possuir habilidades cognitivas, além de equipamentos e ferramentas presentes no ambiente para que se possa fazer uso dos recursos disponíveis no sistema urbano. As habilidades são aprendidas, porém elas não estão igualmente distribuídas entre os indivíduos do sistema, a inteligência e a educação desempenham papel fundamental para o processo de aprendizagem. Condição essa primordial para o processo de distribuição de renda.

Os grupos com renda mais alta, geralmente com melhor educação, tendem a utilizar os recursos e o espaço urbano de maneira ativa, em contrapartida os grupos menos favorecidos ficam a mercê do ambiente em que vive. Com isso, esses pequenos grupos melhor providos de educação, conseguem articular o planejamento urbano de tal maneira que eles aloquem os recursos para seu próprio manejo.

Para melhor visualizar essa argumentação a tabela 3 mostra a relação entre o rendimento mensal e a taxa de analfabetismo de pessoas com quinze anos ou mais de idade. Ela mostra que quanto menor o rendimento familiar per capita maior a taxa de analfabetismo e tendo o norte e nordeste brasileiro em situação mais delicada.

Tabela 3 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, analfabetas, total e taxa de analfabetismo, por classes de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2006

| Grandes Regiões | Pessoas de 15 anos ou mais de idade, analfabetas | | | | | |
|-----------------|--|---|-------------|--------------------|------------------|------------|
| | Total (1 000 pessoas) | Taxa de analfabetismo, por classes de rendimento familiar <i>per capita</i> (salários mínimos) (%) | | | | |
| | | Total | Até 1/2 | Mais de 1/2 a 1 | Mais de 1 a 2 | Mais de 2 |
| Brasil | 14 391 | 10,4 | 17,9 | 13,7 | 6,5 | 1,3 |
| Norte | 1 142 | 11,3 | 15,1 | 13,1 | 6,8 | 2,4 |
| Nordeste | 7 595 | 20,8 | 24,9 | 23,7 | 13,5 | 1,9 |
| Sudeste | 3 667 | 6,0 | 10,1 | 9,5 | 5,1 | 1,2 |
| Sul | 1 179 | 5,7 | 10,4 | 8,8 | 4,6 | 1,1 |
| Centro-Oeste | 808 | 8,3 | 12,7 | 11,7 | 6,6 | 1,4 |

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

O processo de redistribuição e geração de renda pode ocorrer em decorrência de algumas mudanças na estrutura urbana. A locação de emprego e moradia, o valor dos direitos de propriedade e o preço dos recursos para o consumidor, são alguns desses fatores. Os custos e as exteriorizações positivas, as modificações na acessibilidade e proximidade em diferentes regiões do sistema urbano, são fatores determinantes para esse processo de redistribuição da renda.

Existe um grande debate que rege o controle e a provisão de bens públicos impuros dentro de um sistema urbano. Bens públicos impuros, que pegando a deixa de Harvey, seriam aqueles bens que impõem custos através do consumo involuntário. Por exemplo, temos os poluidores do ar. Controlar seus efeitos distributivos, através da regulação dos padrões de locações, com o intuito de minimizar a incidência desses custos é papel fundamental das políticas públicas. Trabalhar a justiça ambiental é outro ponto de extrema importância, na medida em que os indivíduos mais pobres sofrem maiores consequências do que os mais ricos no que se refere à absorção dos efeitos negativos dos bens públicos impuros.

O controle desses bens se encontra dificultado, muito em parte, pela própria estrutura monopolística da organização pública e pela dificuldade de se encontrar mecanismos de preços realistas. Fica, também, complicado de acreditar que o livre mercado seja capaz de regular de maneira eficiente, a provisão e o controle desses bens. No momento que, numa sociedade capitalista, as firmas têm como conceito de sucesso a maximização de lucros, deixando difícil acreditar que elas optarão por melhorias na locação desses bens em detrimento de custos e redução de seus lucros. A partir disso, percebe-se que a localização de facilidade pública requer soluções simultâneas de problemas de finanças, tecnologia de produção, quantidade e qualidade de oferta, localização, avaliação da demanda e efeito de bem-estar.

A organização territorial adequada ajuda a minimizar conflitos e melhorar a eficiência e a coerência de um determinado grupo. Existem forças naturais que colaboram para a composição dessa organização (valores culturais, etnia, ideais similares, etc.) e elas estão em constante movimento, criando nova composição ao conceito tradicional de comunidade e vizinhança.

A formação de grupos coesos e fortes, com uma identidade bem definida, se torna um importante instrumento na construção dessa organização territorial, esta por sua vez, como Harvey (1980, p.76) coloca, deve ser proposta de modo a ser reativa a dinâmica do sistema urbano. Portanto o fortalecimento de organizações territoriais surge

como uma maneira de potencializar o poder político em determinadas comunidades e assim fortalecer o poder político dos mesmos. Claro que isso não é tão simplista, pois envolve forças das elites que estão interessados na manutenção ou até mesmo na deteriorização das relações econômicas e sociais existente no sistema urbano.

2.3 - DESENVOLVIMENTOS GEOGRÁFICOS DESIGUAIS

A expansão geográfica, a possibilidade de reorganização espacial e o desenvolvimento geográfico desigual foram fatores de suma importância para que capitalismo pudesse sobreviver e se desenvolver. Harvey (2004) adota a terminologia de “ajuste espacial” como forma de analisar de que maneira as contradições internas do capital, através da acumulação (o autor até aborda como hiperacumulação do capital) em uma área geográfica específica, em conjunto com uma atuação e integração desigual de diferentes territórios, além das formações dos grupos sociais compostos dentro do mercado mundial capitalista, ajudou na criação e na formação de uma geografia histórica global de acumulação do capital.

A formação do espaço urbano surge na medida em que se concentram nas cidades as forças produtivas e a força de trabalho propriamente dita. Dessa forma, cria-se, dentro desse espaço, uma relação produtiva capaz de transformar e mesmo de formar um espaço geográfico urbano, transformando populações dispersas em grandes concentrações de poder político e econômico. No momento em que o homem controla os sistemas de transporte e de comunicação, as divisões territoriais do trabalho e de infra-estruturas urbanas, desenvolve-se a forma espacial a partir da ótica que esses elementos estão surgindo para a serventia de acumulação de capital.

A sociedade está em constante processo de transformação. Sua dinâmica econômica, em um mundo capitalista extremamente competitivo, faz com que suas forças produtivas busquem constantemente novas formas de expansão de sua própria dinâmica e isso pode ser alcançado através da procura de novos mercados. Com o intuito de expandir seu excedente ou de suprir suas deficiências produtivas, esse conjunto de mecanismos faz com que os espaços urbanos estejam em constante movimento, tornando o espaço das cidades um forte instrumento de acumulação de capital, isso sendo possível pela própria formação, de forma dialética, geográfica desigual. Uma reprodução do sistema capitalista.

Trabalhando o ajuste espacial - por uma ótica mais marxista¹ - como uma consequência da atividade produtiva e de suas relações compostas nela, consegue-se perceber a formação geográfica desigual como uma relação dialética da sua composição com o modo de produção capitalista, onde comunidades, bairros e localidades se tornam reflexo da própria estrutura econômica e social. Pode-se, portanto, afirmar que a configuração urbana é composta, também, entre outros fatores, pela eterna luta de classes existente desde o início do sistema capitalista. Partindo sempre do pressuposto de que o capital não é uma coisa puramente física, ele é fruto de relações sociais existentes em uma sociedade.

A busca de novos mercados surge, então, como um importante fator de transformação do espaço urbano, através da criação e recriação de suas relações produtivas e sociais. Dessa forma, como consequência, ocasionando impactos transformadores do espaço. Harvey (2004, p.47) reforça essa teoria quando coloca que “os novos mercados e os novos campos para a indústria, que Hegel considerava vitais, só podem ser conquistados pela recriação de relações capitalistas e do poder associado de se apropriar do trabalho alheio”.

As relações de forças políticas existentes na estrutura urbana atuam como facilitadores na constituição do ajuste espacial. As decisões de investimentos, as alocações de bens públicos e a criação de benfeitorias ou custos sociais para a população, se tornam fortes instrumentos de transformação do espaço urbano. Essas decisões normalmente são tomadas a fim de atenderem necessidades e interesses de pequenos grupos, que na sua maioria é composto por aqueles com maior poder econômico e educacional. No Brasil como sua composição política é feita, em sua grande maioria, pela elite econômica do país, as políticas públicas, que deveriam atender o bem-estar social, servem no intuito de manutenção dessas relações de forças, que se tornam um forte instrumento de manutenção e de deteriorização da composição da ordem social estabelecida.

As modificações do mercado de trabalho condicionadas, em boa parte, pela intensificação do processo de globalização, criam novas composições para o mercado.

¹ Harvey em seus trabalhos “Espaços de Esperança” e “Justiça social e a Cidade” baseia sua argumentação em trabalhos como “O Capital” e “Manifesto Comunista” de Karl Marx.

As novas relações surgidas atuam como condicionantes para a modificação de um espaço urbano. A crescente participação da mulher no mercado de trabalho e sua maior independência financeira, modificando o papel dela na estrutura familiar, criam novas relações na estrutura da cidade. A modificação do perfil da força de trabalho também atua como um modificador do espaço, no momento que essas mudanças transformam uma estrutura familiar, modificando suas necessidades e preferências e assim interferido na composição comercial da redondeza e mesmo da cidade como um todo.

O exemplo acima é apenas uma das modificações no mercado de trabalho, a inclusão de deficientes, a melhoria de capacitação dos trabalhadores, os fluxos migratórios, etc. são outros exemplos de mudança na composição do mercado de trabalho. O ponto principal que se busca chegar com esses exemplos, atua no sentido de que as mudanças ocasionadas na configuração da mão-de-obra atuante na economia, funcionam como um importante instrumento na formação do espaço urbano. Política focada na composição da força produtiva da sociedade surge, então, como uma ferramenta imprescindível para um ajuste espacial que possui o intuito de melhoria nas condições de vida da população, dentro de seus determinados espaços na cidade.

A formação de blocos econômicos atua como um facilitador nas relações econômicas entre diferentes países, no momento em que um país interage economicamente com outro, essas relações causam impactos dentro da formação do espaço da cidade. A capacidade de penetração de produtos, investimentos, fábricas, mão de obra, etc. ajudam no processo de modificação de toda a estrutura social. A penetração de diferentes culturas provindas de diferentes localidades acaba por refletir em toda a formação da cidade, considerando que elas serão reproduzidas dentro do espaço urbano, através de símbolos, construções, gostos e costumes, ou seja, ela irá manifestar sua diferente cultura através de modificações do espaço ocupado e redesevolvido.

No Brasil é fácil perceber essas penetrações culturais, ainda mais pela sua própria formação como nação. Diferentes manifestações culturais e sociais de outros países são visíveis dentro dos espaços urbanos, situados em bairros específicos, ou em cidades inteiras, como é o caso de cidades do interior de Santa Catarina, onde cidades reproduzem costumes, construções e hábitos de países europeus.

2.3.1 ESCALAS ESPACIAIS E DIFERENÇA GEOGRÁFICA.

A produção de escalas espaciais parece ser algo intrínseco do ser humano. Ele costuma produzir uma hierarquia dessas escalas no intuito de organização de suas atividades e como uma maneira de compreensão do mundo dentro de seu espaço vivido. Com a intensificação do processo de globalização e com a velocidade de transformações dos meios hoje vividos, pode-se observar o caráter dessas escalas espaciais em termos local, regional, nacional, continental e global. Mesmo com essa interação mundial, muitas vezes, o que parece relevante em uma dessas determinadas escalas pode não se manifestar importante em outra escala.

Torna-se importante entender que para a compreensão da formação das escalas espaciais é necessário observar e compreender os comportamentos pessoais e de que maneira esses comportamentos refletem em diferentes escalas. Como o indivíduo é formador da cultura da sociedade e o mesmo é fruto da construção cultural dela, numa relação de causa e efeito. Nota-se que a formação dessas escalas se tornam mutáveis em razão da modificação das diferentes escalas que compõe um espaço como um todo, seja local como mundial.

Harvey (2004, p. 108) escreve que “é por uma interação dinâmica com aquilo que poderíamos chamar de planos escalares de “processos naturais” que os seres humanos produzem e concretizam suas próprias escalas para buscar a realização de metas e organizar seus comportamentos coletivos”. A partir dessa afirmação, podemos ver como uma política focada no fortalecimento das relações individuais com sua localidade pode ser um forte instrumento de modificação de todo um espaço social, desde uma pequena comunidade até mesmo uma nação inteira.

Tomar a territorialização como, em última análise, resultado de forças entre lutas políticas e de decisões políticas, tendo as condições tecnológicas e político-econômicas como fortes determinantes. A organização da vida comunitária e da relação do indivíduo com a sociedade são bastante influenciadas pelo resultado dessa luta política. A modificação das atribuições dos governos locais em relação com as nações-estados e também as forças globais atuantes, se tornaram um forte instrumento na tentativa de ampliação do papel de uma determinada escala dentro da organização completa do ser humano.

Ao analisar distintas sociedades em qualquer escala, podemos observar que elas revelam toda uma série de efeitos e processos que produzem diferenças geográficas nos

modos de vida, nos usos dos recursos disponíveis, nas suas relações com o ambiente em que vivem e nas formas políticas e culturais existentes. O processo histórico da ocupação humana e a criação da formação geográfica provindas dessas ocupações, juntamente com a evolução particular das formas sociais, manifestadas pelas crenças religiosas, instituições políticas, valores, costumes e a própria língua, produz um conjunto geográfico compostos por ambientes e modos de vida muito particulares. Sendo uma construção advinda do processo histórico das variadas e contínuas atividades desenvolvidas pelo homem.

Cabe ressaltar que as diferenças geográficas são frutos, também, de processos políticos, econômicos e sociais ocorridas no tempo presente, não somente vindas desses processos histórico-geográficos.

As mudanças geográficas tornaram-se mais voláteis nas épocas atuais, a maior mobilidade de capital e da força de trabalho, as mudanças qualitativas no processo de globalização são, entre alguns outros, fatores que influenciam de maneira direta na volatilidade desse processo.

A transferência do poder econômico, provindos dessas facilidades na mobilidade de capital e de mão de obra, traz uma reconfiguração da geografia dentro das cidades. As mudanças culturais ocasionadas, com grande peso, por esse processo e em conjunto com a velocidade na comunicação e com isso uma maior interação econômica mundial, fazem com que a volatilidade das transformações geográficas se torne cada vez maiores. Por isso, mesmo que as variações geográficas tenham grandes legados históricos. Não se pode afirmar que as diferenças geográficas possuem caráter estático. No momento em que a interação de diferentes espaços urbanos se intensifica no mundo contemporâneo e a penetração de diferentes agentes de diferentes espaços também se interagem, fazem com que um conjunto de relações econômicas e sociais existentes em um específico espaço urbano modifique e recrie toda uma nova relação com o meio e os agentes econômico-sociais.

Tratar a questão do desenvolvimento geográfico desigual envolve uma conexão entre a mudança das escalas espaciais e a produção de diferenças geográficas. Trabalhar políticas e ações apenas em uma escala de pensamento, tentando achar uma ação política de solução igual para diferentes localidades, torna-se um erro extremamente comum e grave. Esse talvez seja um dos erros mais comuns e disseminados advindos de discursos sobre o processo de globalização. Muitos desses discursos de desenvolvimento regional são construídos em países norte americanos e europeus, que

estão em diferentes patamares econômicos e sociais e se incorporados em países em desenvolvimento (como é o caso do Brasil) e subdesenvolvidos, trazem resultados diferentes e muitas vezes negativos para o bem-estar da sociedade local. Por isso, ações políticas com intuito de desenvolver localidades geográficas desiguais, muitas vezes disseminadas por países desenvolvidos, necessitam de revisões e reformulações no intuito de atender esses diferentes espaços geográficos.

Entender o que acontece em diferentes comunidades e considerar de que maneira processos que ocorrem em diferentes escalas, como correntes migratórias, políticas macroeconômicas, entre outras, atuam e afetam sua condição geográfica, se tornam ações efetivas no processo de desenvolvimento de localidades específicas.

O processo de globalização atual, baseado em políticas liberais e formulado por países desenvolvidos deteriora ainda mais as relações geográficas distintas, no momento em que a velocidade da mobilidade do capital aumentou, modificaram-se rapidamente o emprego desse capital, pois ele transfere de lugar a partir do momento que outro espaço seja mais viável economicamente, ou seja, transferem de localidade no momento em que outra localidade se torne mais lucrativa, tendo seu lucro aumentado, com grande peso, nas diferenças de custos com a força de trabalho, lugares onde a exploração dela seja menos custosa.

Harvey coloca uma afirmativa que pode expressar essa relação deteriorizante desenvolvida pelo processo de globalização atual:

“A globalização envolve, por exemplo, um alto nível de autodestruição, de desvalorização e de falência em diferentes escalas e distintos lugares. Ela torna populações inteiras seletivamente vulneráveis a da redução de níveis funcionais, ao desemprego, ao colapso dos serviços, à degradação dos padrões de vida e a perda de recursos e qualidades ambientais. Ela põe em risco instituições políticas e legais existentes, bem como inteiras configurações culturais e modos de vida, e o faz numa variedade de escalas espaciais. A globalização faz tudo isso ao mesmo tempo em que concentra riqueza e poder e promove oportunidades político-econômicas numas poucas localidades seletivamente escolhidas e no âmbito de uns poucos estratos restritos da população (2004, p.115)”.

Portanto é de fundamental importância entender que para uma sociedade em um determinado espaço se desenvolver é necessário compreender suas especificidades e particularidades, criando e abrindo espaço para produção de escalas e diferenças, potencializando suas capacidades a partir das próprias diferenças.

2.4 – MODOS DE PRODUÇÃO, INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E A PRODUÇÃO DE EXCEDENTE NA FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO.

A construção do espaço urbano pode ser visto como resultado, de forma particular, de um conjunto de relações sociais desenvolvidas dentro de um processo social. O próprio homem cria, recria e constrói esse processo, portanto o urbanismo pode ser observado através de construção de um ambiente tangível pelo ser humano, ambiente esse resultado de um produto social. Harvey para ajudar a entender um pouco o conceito de sociedade coloca que “um grupo de seres humanos participando de um sistema auto-suficiente de ação que é capaz de existir além da vida breve do indivíduo, sendo o grupo suprido, pelo menos em parte, pela reprodução sexual de seus membros”.

A partir desse conceito, pode-se inferir que a capacidade de auto-suficiência e de sobrevivência de determinado grupo social é um conjunto de relação que envolve o modo de produção e o modo de organização de seu sistema. Os indivíduos possuem ações coordenadas e integradas em si próprios capazes de garantir a sua sobrevivência individual e do grupo como todo.

A sociedade para que possa sobreviver, faz com que os seus indivíduos relacionam entre si. As relações sociais e econômicas desenvolvessem a ponto da sociedade construir um modo de produção material que condiciona todo o processo de vida social, política e intelectual do indivíduo e, conseqüentemente, de todo o grupo. Utilizando como base o argumento de Marx, quando ele coloca a estrutura econômica da sociedade como a base de sustentação e que a partir dela se desenvolvem toda uma superestrutura jurídica e política, nota-se que mudanças na base econômica levam e resultam a uma transformação, também, da superestrutura social.

Não se pode analisar o modo de produção como uma simples relação de construção material, como já colocado anteriormente, a construção material é resultado, antes de tudo, de relações sociais existentes em um determinado espaço geográfico.

O modo de produção referente aos elementos, atividades e relações sociais que são capazes de produzir e reproduzir a vida material necessária para a existência de um determinado grupo. Existem elementos básicos na construção do modo de produção, sendo o objeto de trabalho, os meios de trabalho e a força de trabalho os três elementos, apontados por Harvey, como básicos. Sendo trabalhados em conjunto para que se torne possível à produção e a reprodução de um padrão de atividade que molda os produtos e serviços necessários à própria sobrevivência da sociedade. Os avanços tecnológicos

vivenciados são condicionantes com extrema capacidade no processo de modificação dos elementos produtivos da sociedade.

As relações sociais são os coordenadores da base social e elas podem modificar através de mecanismos de coordenação ou advindas de novos acordos e estruturação do modo de produção. Para que uma sociedade possa sobreviver é necessário que seu modo de produção seja capaz de construir condições para sua própria perpetuação e assim possa reproduzir essas condições, que se torna de extrema relevância para a continuidade e sobrevivência da sociedade. As condições para a perpetuação da ordem social, passam tanto pela sua estrutura econômica quanto pela sua superestrutura, jurídica e política.

Entender o urbanismo como forma social e a cidade como forma construída e o modo dominante de produção é de extrema importância para o estudo do urbanismo e compreensão da ordem social existente no espaço.

“O urbanismo é uma forma social, um modo de vida, ligado entre outras coisas, a uma certa divisão do trabalho e a uma certa ordem hierárquica de atividade, que é amplamente consistente com o modo de produção dominante. A cidade e o urbanismo podem, por isso funcionar para estabilizar um modo de produção particular (ambos podem ajudar a criar condições para autopreservação desse modelo). Mas, a cidade pode, também, ser o lugar das contradições acumuladas e ser, por isso, o berço provável do novo modo de produção (1980,p. 174)”.

O urbanismo pode possuir uma grande diversidade de formas de um modo de produção dominante, por isso o impacto das relações produtivas em escalas espaciais diferentes pode ocasionar resultados e construções diversas em diferentes áreas.

Os mecanismos de coordenação ou, como Karl Polanyi citado por Harvey (1980, p. 177) adota também, a integração econômica possui três modos distintos. A reciprocidade, a redistribuição e o mercado de troca, eles compõem os modos como a ordem socioeconômica se estrutura dentro da construção de uma sociedade. Com isso tornando-se possível caracterizar sociedades e observar como o grau de atuação da atividade do homem penetra e interfere no seu mercado. Identificando como as relações de reciprocidade, como a atividade redistributiva e o funcionamento do mercado de trocas atuam, de maneira conjunta, para que se chegue a toda a complexidade da coordenação superior que a atividade produtiva desenvolve para as condições de existência e sobrevivência da sociedade.

A reciprocidade esta na relação de transferência de bens, favores e serviços entre os diferentes indivíduos que compõem um espaço geográfico ocupado por uma determinada sociedade. Os costumes, a cultura e a ética social são alguns balizadores do processo de transferência de bens. Existem diferentes níveis de reciprocidade, a equilibrada que compõe a troca mutua entre indivíduos ou unidades produtivas. A desequilibrada que é composta pelo movimento constante daqueles que possuem mais para os que possuem menos. Existe ainda a reciprocidade negativa, podendo ser definida como de privação.

O igualitarismo não possui mecanismos de coerção e sua coerência social é mantida pela cooperação voluntária de seus membros. Para que se estruture uma sociedade igualitária é necessária à existência de grupos simétricos dentro da composição do espaço geográfico vivido. Harvey (1980, p. 179) afirma que o urbanismo não se torna possível com a existência de grupos simétricos: “os grupos simétricos típicos não permitem a concentração do produto social necessário ao urbanismo”. A reciprocidade pode ser encarada como uma forma residual na sociedade urbana em lugares tão diversos como nas práticas fraudulentas das grandes corporações, e nos atos de troca amigável e mutua existentes entre bons vizinhos em uma comunidade. Mas, numa econômica dominada pela reciprocidade não pode ocorrer o urbanismo.

A redistribuição envolve fluxos de bens no intuito de sustentação de uma elite constituída dentro de uma sociedade. Uma sociedade que possui status que são valorizados de maneiras diferentes, onde apenas alguns indivíduos possuem habilidades e capacidades de ocupar certos status, pode ser definida, de acordo com Fried apud Harvey (1980, p.179), como uma sociedade ordenada. Uma sociedade ordenada pode ser ou não estratificada e quando existe presente em sua economia a forma redistributiva, o urbanismo se torna capaz de processo de construção, pois esse tipo de estruturação possibilita a acumulação e a um fluxo de bens para dentro e para fora de algum centro urbano.

O mercado de troca possui diversos tipos de conceituação, usarei uma corrente desenvolvida por David Harvey, que utiliza fundamentos de Karl Polanyi para essa mesma orientação. Harvey afirma que o mercado de troca só funciona como um modo de integração econômica quando existe o mercado de preço fixo operando na coordenação das atividades econômicas. Sob essa perspectiva Polanyi, citado por Harvey, conceitua como um movimento meramente local de um produto entre pessoas,

a troca de um produto a um preço determinado por algum mecanismo social e, a troca que ocorre através da operação de mercados de preços fixos.

Para que possa existir o mercado de troca de maneira integrativa o valor de troca em relação do valor de uso necessita ser o principal aspecto do processo de permuta. O Mercado de troca necessita, então, que os indivíduos, agentes do processo, respondam produtivamente aos preços estabelecidos. O processo de produção e reprodução da mercadoria, criando o padrão de circulação, observados por Marx, a um preço fixo é característica do modo de produção capitalista.

O mercado de troca esbarra na questão da escassez de recursos, mesmo a reprodução ampliada e processos de inovações sendo estimulados pela sociedade capitalista. Essa escassez, que conduz a riqueza pelo mercado de troca, traz como resultado a estratificação como forma social. Como para que exista a manutenção do mercado do mercado de troca, necessita que a própria escassez seja mantida, o mercado de troca, como modo de integração econômica, se relaciona com a estratificação da sociedade na medida em que ela gera um acesso de forma desigual de recursos básicos que um indivíduo precisa para sua sobrevivência dentro de seu espaço geográfico vivido.

O poder coercitivo, exercido pelos agentes atuantes no processo de integração econômica de mercados, se torna, talvez, o principal instrumento de perpetuação do mercado pelas instituições que a sustentam. Por isso, ponderando sua dinâmica e seu próprio processo de expansão, fica difícil não relacionar o livre mercado com a ampliação da própria estratificação social existente na composição de uma sociedade.

As cidades são criadas e desenvolvidas provindas de um produto social excedente em uma determinada concentração geográfica. O modo de integração econômica, que compõe a sua estrutura econômica, foi e é capaz de produzir e concentrar seu excedente.

O excedente social pode ser definido de acordo com Polanyi apud Harvey (1980, p. 185) como “aquela quantidade de recursos materiais existentes acima dos requisitos de subsistência da sociedade em questão”. Porém esse tipo de definição nos leva a duas maneiras de abordar o sentido dele, de forma absoluta e relativa.

A identificação das funções culturais e sociais necessárias para a sobrevivência da sociedade, tendo as funções sustentadas pela própria formação e produção do excedente social. Porém necessidades podem ser definidas de acordo com cada sociedade específica, tendo seu nível variando de sociedade para sociedade com tempos

distintos de cada uma delas. Somente pela sua situação particular técnica, social, cultural e institucional pode-se tomar noção sobre a necessidade de cada sociedade.

Trabalhar o excedente social de maneira relativa parece muito mais coerente, quando se tenta aplicar alguma política em prol de um desenvolvimento de um espaço urbano. Polanyi citado por Harvey (1980, p.187) descreve:

“Os excedentes relativos são simplesmente meios materiais e serviços humanos que estão em algum sentido colocados à parte ou mobilizados à parte das demandas funcionais existentes, que uma dada unidade social: uma família, uma firma, uma sociedade – forma sobre sua economia”.

Dada a incerteza do futuro e das modificações de necessidades e circunstâncias de uma sociedade em épocas futuras, a necessidade de criação de excedente é condição quase que elementar para a própria sobrevivência de uma sociedade. Como as sociedades estão em constante processo de mudança, suas quantidades de bens materiais disponíveis a população modifica-se de acordo com mudanças ocorridas na estrutura e no propósito social. Portanto a definição de excedente se torna condicionante as condições sociais de produção na sociedade.

Como foi visto, o conceito de excedente social varia de sociedade para sociedade e de tempos distintos da própria sociedade. Mas a composição desigual da própria sociedade cria, também, conceitos diferentes de excedente dentro de um espaço urbano. No momento em que existem espaços geográficos desiguais em vários ambientes urbanos, mostra ainda mais a relatividade do conceito de necessidade e por consequência a do excedente social. Por isso esse conceito aparece à mercê de conteúdos ideológicos e muitas vezes de poder e conteúdo político.

Seguindo sob essa linha de raciocínio, podem-se observar duas formas em que o excedente atua na sociedade capitalista, e de certa forma, ela também se expressa sob essas formas dentro das cidades. Uma condiz com o aspecto da soma de produto material que possui sua característica principal de molhamentos do bem-estar da sociedade. A outra mostra como o excedente pode atuar e ser visto de maneira estranha e alienada da outra forma. Na medida em que o excedente atua como uma quantidade de recursos materiais que beneficia apenas um segmento da sociedade em detrimento do outro. Por isso ele pode ser igualado ao produto do trabalho alienado.

Ao analisar as cidades brasileiras, nota-se essa composição, onde diferenças no poder de compra do indivíduo e suas condições habitacionais, de formas bem desiguais na composição da estrutura social nacional, nos leva a crer que de fato o excedente local atua em prol de uma camada da sociedade bem pequena em questão de quantidades de indivíduos.

O urbanismo possui uma relação muito estreita com a extração do excedente da produção, no momento em que o urbanismo surge na concentração de produto social excedente em algum ponto no espaço.

Rosa Luxemburgo citada por Harvey (1980, p.195) argumenta que a transformação da reciprocidade em redistribuição está no contexto de substituição da reprodução simples para a reprodução ampliada e coloca que no urbanismo uma parte do excedente tem que ser usado para criar novos meios de produção. A acumulação primitiva requer que na economia o crescimento concomitante da demanda efetiva por produto social excedente seja realizado e, também, que existe uma necessidade de expansão da produção, a fim de fornecer somas proporcionais de acumulação primitiva.

As condições econômicas são os principais condutores para uma redefinição do conceito de excedente e da nova composição das relações sociais de produção. A base econômica cria sustentação para todo o processo de redefinição e reestruturação da superestrutura ideológica da sociedade. As condições econômicas são frutos de acumulações de bens produzidos no passado e as condições materiais para a redistribuição devem estar presentes ou curso de formação.

O processo de acumulação da mais valia consiste no trabalho a fim de criar quantidades cada vez maiores da mais valia. Devido ao caráter desigual do capitalismo, sua criação e sua intensidade não ocorrem de maneira similar em todos os setores e territórios da economia, tendo sua inserção dependendo do grau de penetração do mercado nos setores e territórios de atuação.

A capacidade de produção de produtos e sua capacidade de circulação da mais valia dentro do espaço da cidade, cria uma diferenciação interna da economia da cidade. As relações comerciais entre as cidades, fazem com que se expanda o padrão de circulação, fazendo com que a mais valia seja extraída do processo comercial e de negócios efetuados dentro e entre as cidades. As possibilidades sociais, econômicas, tecnológicas e institucionais são determinantes para a concentração e a circulação da mais valia.

A criação e o surgimento do espaço urbano requerem como já observado, uma concentração de excedente em algum tipo de cidade. A articulação de um espaço econômico se torna extremamente necessário para que se possa realizar a acumulação e a concentração geográfica de excedente social. A integração espacial da economia, a evolução dos mercados de preço fixo e a evolução do urbanismo relaciona-se no intuito de se criar, mobilizar e concentrar o excedente social, para que assim a reprodução ampliada e as mudanças ocorridas na escala do urbanismo formem uma economia espacial tangível de expansão ou intensificação. A economia espacial urbanizada surge como extrator, criador e concentrador de excedente, no instante em que o fluxo de bens e serviços expressa a circulação da mais valia como maneira de concentração do excedente.

A forma construída da cidade é reflexo da própria característica estrutural da sociedade. O processo de construção do mercado de troca como modo de integração tendo como base a formação de preço fixo é relativamente recente. Para Harvey (1980, p.207) “somente quando os indivíduos regulam sua alocação de recursos produtivos, seus níveis de produto e hábitos de consumo aos movimentos dos preços é que o mercado se torna um modo de integração econômica.”.

Um mercado que se baseia na relação de preço fixo, requer que seus membros atuantes operem por meio do valor de troca. Os participantes se organizam de várias maneiras e assim operam sob condições institucionais diversificadas. Diversas espécies de combinações podem surgir, porém nenhum necessita destruir o caráter auto-regulador do mercado para que se possam sobreviver e expandir sua produção. Arranjos institucionais funcionam como mediadores ou facilitadores da atividade de mercado, além de definir as regulamentações e a organização dos participantes da estrutura de mercado.

A evolução e a existência de meios adequados de comunicação são condições fundamentais para que se consiga a integração do mercado. As respostas corretas na maior parte do tempo em relação às mudanças ocorridas no preço dos produtos é algo necessário para o processo de auto-regulação, indivíduos que por alguma razão calculam mal e inferem de erros econômicos, sofrem de penalidades econômicas, porém erros substanciais inibem a penetração do mercado de troca. Atento a esses aspectos, melhoramentos e evolução dos meios de comunicação são de primordial importância para a manutenção e sustentação do mercado de trocas auto-regulável.

A eficácia do mecanismo de preços é um problema que afeta a produção capitalista. A transmissão de sinais certos sob certas condições, pode e leva os participantes do processo a tomarem decisões erradas e com isso gerando um “desastre” econômico. Para Marx isso era condição endêmica do capitalismo, já Keynes acreditava que isso era um grande empecilho, mas a intervenção governamental poderia ajudar a superar tal problema.

O que fica mais fácil de perceber é que esse tipo de falha afeta de maneira muito mais forte camadas da população menos instruídas, que são em sua grande maioria compostas por pessoas com baixo poder aquisitivo. No momento em que falta instrução sua vulnerabilidade ao erro se torna muito maior e conseqüentemente sua penalidade econômica se torna muito mais impactante devido a seu nível de renda. Penalidades econômicas são muito mais sensíveis àqueles que pouco possui.

A economia espacial esta sujeita a mudanças decorrentes de sua busca pelo crescimento. A circulação de bens e serviços excedentes, a movimentação de indivíduos e a circulação de investimentos, dinheiro e crédito implicam na construção do urbanismo advindos da concentração geográfica de um produto social excedente. As cidades dependem amplamente de sua localização e do processo de circulação de seu excedente, por isso as variações e o grau quantitativo do total do excedente de uma cidade afetam seus atributos qualitativos. As inovações tecnológicas, tanto na área de equipamentos quanto no aspecto de gestão, proporciona a uma cidade uma mudança mais rápida na circulação do seu excedente e conseqüentemente no crescimento do seu espaço urbano.

Políticas migratórias, conflitos sociais, guerras, políticas monetárias, etc. também contribuem para a circulação do excedente. A circulação do excedente constantemente passa por modificações de canais de distribuição. As mudanças na composição da circulação do excedente geram novas configurações do espaço geográfico urbano que aparecem e substituem as antigas estruturas.

A circulação da mais valia no intuito de gerar um aumento na concentração de mais valia mostra um caráter iminente do modo de produção capitalista que é o processo de expansão de suas escalas econômicas. Significa, então, que para que se possa executar esse processo expansivo o sistema necessita da penetração progressiva no mercado de troca, quantidades maiores de excedente acumulado, isso provocando mudanças e criando novas oportunidades de exploração, de aumento da capacidade tecnológica e de acesso e criação de novos recursos e capacidades produtivas.

A partir dessa argumentação pode-se conceber o padrão geográfico na circulação do excedente como um momento dentro de um processo e com isso as cidades atingem posições com respeito à circulação de excedente até o próximo momento em que se sucede dentro da construção do processo como todo.

CAPÍTULO TRÊS

MOMENTO DE UTOPIA

3.1 – PENSANDO A UTOPIA

A formação da vida urbana motivada pela mistura de emoções e crenças acerca da tão sonhada vida boa e da própria formação ideal do espaço urbano, constrói utopias distintivamente urbanas e de alguma maneira o planejamento urbano e a formação da cidade, hoje, são e têm sido inspiradas por pensamentos utópicos.

A relação interligada da cidade e do cidadão acaba por reproduzir uma geografia específica da cidade. No momento em que a cidade desponta como um lugar de pontencialização das polaridades construídas pela base de produção da sociedade que vive naquele espaço. Surgem dessa forma contrastes e contradições, provindas da própria polarização entre as imagens positivas e negativas na formação da geografia urbana da cidade. A cidade se torna o lugar, como Harvey (2004, p.209) definiu, do “estranho anônimo”, da subclasse, da poluição, das diferenças sexuais, culturais e sociais. A cidade e cidadão são compostos da imaginação pública politicamente oposta por interesses distintos dos seus indivíduos.

O ambiente urbano é um mundo criado pelo homem, ele surge da vivência intelectual, cultural e social. Adquire a forma física pela materialização do processo de construção da cidade. A cidade e o ambiente urbano representam à tentativa de refazer o mundo em que vive da forma e do jeito de seus próprios desejos. Portanto o homem ao construir a cidade está de alguma forma refazendo e reproduzindo a si mesmo.

A utopia muitas vezes é pensada na harmonia e na estabilidade social. Atingir a tão desejada sociedade harmoniosa necessita de uma organização espacial interna que regula de maneira estrita um processo estável e de certa forma imutável. A forma espacial controlando a temporalidade. A caracterização da utopia da forma espacial é construída pelo imaginário social, a temporalidade dos processos sociais e a dialética da mudança social são de alguma maneira suprimidas, no momento em que se chega à estabilidade social, garantindo assim uma configuração espacial fixa.

A grande quantidade de organizações espaciais possíveis reflete a imensidão de organizações sociais possíveis. Harvey usa a noção de “livre organização espacial”, desenvolvida por Marin, para ampliar o debate sobre as alternativas de construção do espaço urbano. O livre fluxo da imaginação está interligado com a existência da

autoridade e governança específica. A criação de sistemas de controle, também se incorpora aos sistemas utópicos. Pode-se a partir disso relacionar, de alguma forma, a rejeição, encontrada nos dias atuais, pela ligação com o autoritarismo e com o totalitarismo, gerando uma rejeição ao utopismo e interrompendo também o desenvolvimento de alternativas provindas do livre fluxo da imaginação.

A preocupação prática com aspectos ligados a engenharia e reengenharia dos espaços urbanos adequados com o imaginário vindos dos planejadores urbanos, engenheiros e arquitetos, estruturou a recriação e mesmo a própria criação do espaço urbano provindas de projetos novos. A formação desses espaços passa muitas vezes por planejadores e pensadores que atuam de forma isolada, ou com pequena participação popular, no planejamento da ordem espacial da cidade.

Harvey (2004) ao analisar o autoritarismo presentes na criação de espaços utópicos nos dias atuais. Exemplificou o que ele denominou de “utopias degeneradas”. Jane Jacob (1961) criticou os processos modernistas de planejamento de cidades, apresentando uma versão de livre organização espacial por meio de um ambiente íntimo e etnicamente diversificado com formas artesanais de atividade empreendedora e de geração de emprego, interagindo o relacionamento social direto. A forma de livre organização espacial proposta por ela, possuía um aparato de vigilância e de controle para a manutenção da ordem social e espacial existente. Mesmo ela propondo de maneira acentuada a diversidade étnica, isso somente seria possível com um certo tipo de diversidade controlada, com isso fundamentou-se a criação de comunidades fechadas e se ilhando através de movimentos excludentes.

Trabalhar de maneira correta a livre organização espacial pode ajudar na melhor construção do espaço urbano.

A idéia consiste no resgate do mundo da dissolução social, do materialismo e do egoísmo individualizado resultantes da orientação social voltada para o mercado. Na tentativa de transformar grandes cidades com hiperpopulações em uma rede interligada de “aldeias urbanas”, onde os cidadãos que vivem nas distintas comunidades possam se relacionar com todos os outros dentro de um espaço democrático.

Um grande empecilho encontrado nesse tipo de formulação está no isolamento dessas comunidades, onde excluem pessoas de fora da comunidade e de alguma forma se auto definem em contraposição a esses indivíduos. Com isso internalizam a vigilância, os controles sociais e a repressão.

No instante em que a distribuição desigual de recursos ocorre na sociedade, esse tipo de formação pode induzir a uma nova organização da sociedade, conflitando com soberania nacional de estado e estabelecendo um controle sobre uma camada da sociedade. Isso pode trazer graves conseqüências para o desenvolvimento das cidades, pois como já observamos em muitas cidades do mundo e também no Brasil, atividades criminais dominam bairros e comunidades e determinam à nova ordem, atuando de forma violenta e intimidadora sobre os cidadãos que vivem na determinada área da cidade.

A distribuição da renda da sociedade aparece como um instrumento de extrema importância e eficácia para a inibição desse tipo de situação. O desenvolvimento das comunidades pode surgir como uma solução a partir do momento em que eles tenham condições delas próprias se estruturarem para que participem de forma mais igualitária na renda total da cidade. Com o fortalecimento intelectual e produtivo das comunidades, elas podem então se estruturar e assim participarem de maneira mais democrática do processo de construção da utopia da cidade toda e de fato se interligando com o ambiente urbano como um todo, sem a subalternidade e a submissão das manifestações individuais dos membros das comunidades.

Trabalhar o utopismo focado no processo social parece ser um meio para a própria construção do utopismo da forma espacial. A idéia de utopia esta ligada à de um lugar melhor para se viver e construir esse ambiente passa não só pela construção material do homem, mas também da construção de todo o processo social como um todo e da expressão da ordem moral da sociedade. A condição estacionária do último momento como forma espacial é alcançada pela concepção particular do processo histórico. Compreender a construção histórica do processo se torna fundamental na modificação do processo social na busca do utopismo.

No atual estágio do desenvolvimento capitalista criou-se a idéia do livre mercado como a solução para o progresso da sociedade. A concepção de que o intervencionismo do estado no mercado retarda o desenvolvimento de tecnologias e de inovações na produção e conseqüentemente no bem estar social da população. Ao pensar sob essa ótica, também se pode inferir o utopismo na formulação da teoria da livre atuação do mercado para o desenvolvimento e progresso da ordem social. Pois uma sociedade baseada no modo de produção capitalista, onde a extração da mais valia só é possível pela exploração do trabalho e concentrada nas mãos de um grupo seletivo de

peças pode atuar de forma livre e assim levar a uma melhor condição de bem estar social para todas as camadas da sociedade, também parece um pouco utópico.

Uma sociedade que trabalha o individualismo pelo que as pessoas têm e não pelo que elas são como essência de personalidade, onde a riqueza gerada por todo o processo produtivo sob a ótica da competição selvagem que temos hoje, de forma alguma gerará uma melhoria das condições de vida de todos os membros que compõem a sociedade. Sob a ótica de minimização de custos e maximização de lucros, o ser humano vai se tornando a maior vítima desse processo. Com os avanços dos meios de produção, as máquinas se tornam concorrentes do homem e não colaboradoras, conseqüentemente aumenta ainda mais o nível de exploração do indivíduo. Quando se escuta que o pobre hoje tem melhores condições de vida que os senhores feudais, caímos na teoria simplista da pobreza que esquece da relatividade presente no processo desse fenômeno. O livre mercado atua então como forma de enriquecimento de um pequeno grupo dotados de boa formação cívica, educacional e material. Em um país onde mais de *setenta por cento da renda se concentra nos bolsos de menos de dez por cento da população*² e *quase vinte por cento da população não sabe nem ler*³, achar que a livre atuação vai ajudar a melhor distribuir as riquezas e gerar condições melhores de vida para todos nos faz pensar que isso não passa de uma utopia maior ainda.

Quando olhamos o processo histórico de formação do país, fica mais claro de compreender a deterioração da concentração de renda nas relações de bem estar e de pobreza. O milagre econômico vivido no final dos anos sessenta e início dos anos setenta mostram claro que o desenvolvimento se dá por uma estrutura muito maior do que o simples crescimento econômico e do aumento da riqueza. Do que adianta ter muita riqueza material na sociedade se todos os indivíduos dela não podem ter acesso a esses recursos gerados, isso potencializa a criminalidade e a marginalidade das pessoas e com isso reduzindo o bem estar e o desenvolvimento pretendido pela população.

Pensar um mapa do mundo sem pensar alternativas utópicas para um melhor desenvolvimento dos espaços geográficos deixa de ser um mapa mesmo, como Oscar Wilde coloca que o progresso se dá pela realização e concretização das idéias utópicas. Então pensar alternativas viáveis para o modo de produção vigente se torna um grande desafio para o real desenvolvimento da sociedade.

² valores aproximados de dados retirados do IPEA e IBGE (2008).

3.2 – BUSCANDO ALTERNATIVAS

A construção de alternativas se torna hoje uma maneira de reconstrução do espaço urbano. Mesmo no sistema capitalista a concretização dessas alternativas surge como um forte determinante no desenvolvimento do ambiente da cidade para todos os indivíduos que compõem o espaço.

A melhor distribuição de renda e a própria construção da formação da renda vinda dos processos produtivos se tornam instrumentos fundamentais para o desenvolvimento das cidades.

A economia solidária, como terminologicamente é conhecida, compõe uma alternativa que já se encontra em estágio de andamento em muitas cidades do Brasil e do mundo. Entender sua dinâmica e sua formação processual do sistema nos faz observar como um sistema de produção alternativo do que vivemos pode transformar o espaço urbano e melhorar as relações sociais dos indivíduos.

Não se pode negar também seu caráter utópico, mas a sua construção concreta, que se vivencia atualmente, pode gerar uma esperança de uma maior justiça social dentro do ambiente urbano, pois essa vertente mesmo hoje tendo sua grande atuação no meio rural traz reflexos e dinamismo para toda uma ligação existente em várias esferas da cadeia produtiva e da distribuição da renda gerada por essa atividade.

3.2.1 SOCIALISTAS UTÓPICOS E O PRINCÍPIO DOS IDEAIS COOPERATIVISTAS.

A primeira revolução industrial trouxe avanços nas tecnologias de produção e, dessa forma, desenvolvendo um processo produtivo jamais visto até dado momento. Esse desenvolvimento na produção também só foi possível pela intensa exploração da força produtiva submetendo os trabalhadores a condições subumanas e degradantes.

O caráter individualista e competidor do capitalismo moderno, que emerge a partir da nova organização fabril da Revolução Industrial, mudando a realidade da Inglaterra na segunda metade do século XVIII. Fez ruir os laços de solidariedade e comunidade remanescentes do período medieval. O surgimento do capitalismo industrial trouxe um desenvolvimento jamais visto das forças produtivas; entretanto, a falta de limites legais para a exploração do trabalho deixava nítida tanto a riqueza dos capitalistas quanto a miséria dos trabalhadores.

No primeiro século da revolução capitalista a constituição da classe operária situava-se de maneira, até então, muito heterogênea. A diferença entre os trabalhadores qualificados e não qualificados se encontrava em estágio de persistência. A relação de domínio e controle existia, talvez, como a maior forma de exploração nos pátios fabris. Os trabalhadores não qualificados pelo contrário se encontravam na constituição de uma massa indiferenciada de miseráveis, sem identidade e sem direitos profissionais e sociais. Com isso esses trabalhadores ficaram a margem das primeiras grandes lutas da classe operária.

Com os avanços das técnicas produtivas desenvolvidas e conduzidas pelo capital, gerou a transferência das funções dos trabalhadores pelas máquinas. A cada avanço da técnica o papel do operador da máquina simplificava-se e com isso o engenheiro ganhava um papel de maior destaque no processo produtivo.

A reação da classe operária em relação ao modo de produção capitalista surgiu através da própria oposição à industrialização, a luta pela democracia e pelo desenvolvimento de formas próprias de produção anti-capitalista, através de uma organização social com o sindicalismo e de organização de produção e de distribuição encontrados no cooperativismo.

A organização operária em oposição ao industrialismo foi enfraquecendo no início do século XIX, onde parcelas grandes dos trabalhadores se converteram ao “Owenismo”. Robert Owen foi conhecido como um grande socialista utópico (1771/1858), empresário do ramo têxtil em New Lanark, Escócia. Exerceu grande liderança política na Inglaterra, na primeira metade do século XIX. Devido à necessidade dos trabalhadores e de suas famílias morarem próximos das fábricas localizadas distante do centro da cidade. Owen adquiriu casas e terras, abriu a área aos trabalhadores, construiu novas residências, inaugurou escolas, reduziu jornada de trabalho e aumentou os salários, além de possibilitar a venda de produtos mais baratos. Mesmo com essas atitudes continuou com lucros e ganhou destaque pela sua atividade filantrópica. “Owen, então, proclamou que o capital investido só deveria ter um dividendo limitado e que todo o lucro excedente deveria ser aplicado a favor dos trabalhadores (Paul Singer, 1998, p. 70)”.

Owen preocupava-se com a questão da pobreza e do emprego e defendia a formação de “Aldeias Cooperativas” para conseguir a inclusão de parte da população miserável no processo produtivo. Dessa forma, os trabalhadores poderiam viver em sua respectiva comunidade e produzir de maneira comum. Produzindo seus produtos e

trocando seu excedente com outras “Aldeias Cooperativas”. A ociosidade da força de trabalho era um desperdício, principalmente para a parcela mais pobre da população e em épocas de crise econômica.

A classe operária reagiu à revolução capitalista opondo-se ao capital industrial, primeiramente tentando impedir o uso da máquina e em momento seguinte através da construção coletivista de uma outra sociedade. A classe trabalhadora também criou uma oposição através dos aparatos institucionais legais, mediante a legislação trabalhista e pela legalização dos sindicatos dos operários e pelo direito de realização de greves. A ação direta no campo econômico foi outra forma encontrada pelos trabalhadores na oposição as péssimas condições de trabalho vivenciadas pela revolução capitalista.

Na fase primordial do sindicalismo inglês, os sindicatos eram formados pelos trabalhadores qualificados, os não qualificados, mulheres e crianças, ficavam limitadas de acesso, através da criação de barreiras intransponíveis na sua organização sindical.

Os trabalhadores qualificados se organizavam através de *trades* e *trades club*, eram clubes em que os componentes se encontravam em tavernas, com objetivos de tomarem cervejas e terem fins de tardes alegres, iniciar e aceitar aprendizes, manter fundos para enfermidade e enterro, possuir endereço para os mestres trabalhadores e defenderem regras de ofício e de salários.

Na Inglaterra, no final do século XVIII, possuía sindicatos fortes que ofereciam resistência à revolução capitalista. Contudo seu crescimento foi estagnado pelos projetos de leis criados pelo parlamento em 1799, os *Combination Acts*. Com isso a legislação dava liberdade aos juízes para condenarem os sindicalistas, inibindo e destruindo boa parte dos sindicatos. A organização dos trabalhadores em defesa dos seus direitos contra a industrialização se tornou ilegal e foi reprimida até meados de 1824, quando as *Combination Acts* foram revogadas fazendo ressurgir o sindicalismo, que passou a ter uma grande influência nos ideais trabalhados e expandidos de Robert Owen.

As formações das cooperativas tiveram sua origem em reações defensivas de trabalhadores, principalmente na luta contra preços altos de bens de maior necessidade. De acordo com Singer (1998, p. 89) a mais antiga cooperativa documentada, surgiu da iniciativa de trabalhadores empregados nos estaleiros de Woolwich e Chatham que fundaram moinhos de cereais em 1760 como forma de não ter que pagar altos preços cobrados pelos monopolistas locais. Após a guerra contra a França em 1793 o preço do trigo teve uma grande alta, desenvolvendo como consequência a instituição de

numerosas quantidades de moinhos e padarias cooperativas no intuito de suprir as necessidades desse produto.

As cooperativas provavelmente tiveram suas raízes nos *Trade Clubs*, pois os trabalhadores possuíam fundos para emergências de doenças e mortes, tinham facilidades para a criação de fundos para alimentação e compras em comum, chegando ao ponto de compra de projetos como de moinhos e padarias.

As primeiras cooperativas se difundiram no período da revolução industrial, ela ocorreu em uma conjuntura favorável à manufatura e as inovações técnicas aparecerem como fator impulsionante na expansão da produção de bens. Trabalhadores qualificados possuíam condições favoráveis no mercado de trabalho, com isso conseguiam desdobrar outras atividades e assim possibilitando a constituição de cooperativas de consumo e de produção, voltados para o próprio consumo.

Em 1820, George Mudie (editor do jornal Sun) em associação com impressores propôs que eles se juntassem na aquisição de acomodações para que pudessem viver de forma comunitária em prol da realização do bem comum pelas suas atividades de ofício, criando assim o primeiro jornal cooperativo que tinha o nome de *The Economist*. Essa foi a primeira iniciativa cooperativa conhecida na área de Londres.

Houveram diversas “aldeias cooperativas” constituídas nesse período, disseminadas pela Inglaterra e abrangendo regiões próximas como a Escócia e chegando aos Estados Unidos. Em meados do século XIX a conexão ideológica e organizacional de sindicatos e cooperativas era muito forte e estreita ligando as afinidades sindicais com pensamentos owenista. Tanto o movimento sindical quanto o movimento cooperativo buscava formas de ordem social com a idéia base de fraternidade humana reativando e reinterpretando idéias de Owen e transformando as “aldeias cooperativas” em associações operárias autogovernadas pelos próprios operários.

Surgiram cooperativas constituídas pela constante luta de classes, como Singer (1998, p. 94) denominou de operárias, elas possuíam o socialismo em espírito e construíram um embasado movimento de massa e participando diretamente das lutas sindicais.

As sociedades owenistas de propaganda cooperativa também tiveram uma importante atuação nesse período, organizavam armazéns cooperativos que distribuía produtos das cooperativas, desenvolvendo assim as cooperativas de consumo.

O surgimento das cooperativas de consumo proporcionou o encontro de Robert Owen com o movimento operário britânico. Owen criou em 1832 o *Labour Exchange*,

uma bolsa de intercâmbio de trabalho em escala nacional. Consistia no depósito de produtos vindos de pessoas industriais e de cooperativas para o comércio. Os produtos eram avaliados pelo tempo de trabalho e colocados à venda por preços que agregava ainda a comissão pelo uso do *Exchanche*. Esse tipo de avaliação desenvolveu um dos princípios do cooperativismo de consumo, a prática de preços justos.

O *Labour Exchange* atingiu uma grande abrangência e auferindo lucros no ano seguinte, porém devido a alguns problemas, principalmente econômicos vividos pela Inglaterra, em outubro de 1834 ele foi fechado. Seu legado foi deixado e aproximou ainda mais Owen do movimento sindical e na luta dos operários ingleses.

Depois do esforço efetuado por Owen outro movimento cooperativo surgiu e modificou a estrutura de funcionamento das cooperativas e reativou o debate contra as condições degradantes e exploratórias do capitalismo. Rochdale, uma cidade industrial nas proximidades de Manchester, fundou uma sociedade cooperativa *A Society of Equitable Pioneers*. Sua constituição foi motivada por uma longa greve de tecelões e do contexto mais geral pela desilusão com Owen que levou então a uma cisão do movimento owenista, liderada por George Jacob Holyake.

A sociedade dos pioneiros tinham como seus objetivos os de fundarem armazéns para abastecimento dos sócios, a construção de casas, manufaturar artigos possibilitando ocupação a sócios desempregados, comprar ou arrendar terras com o intuito de criar uma comunidade auto sustentável pelos seus membros.

Os Pioneiros criaram primeiramente um armazém cooperativo e adotaram oito regras para evitar os fracassos vistos anteriormente. A primeira regra era que sua gestão era democrática e cada sócio tinha direito a voto independente do seu capital investido. A segunda regra era a que qualquer pessoa poderia se associar integrando uma cota mínima e igual para todos de capital. A terceira regra consiste na adoção de uma taxa fixa de juros ao capital investido. A quarta regra era em relação ao excedente depois da remuneração que deveria ser distribuído entre os sócios conforme o valor de suas compras. A venda a vista era a quinta regra. A venda de produtos puros e de boa qualidade compunha a sexta regra. A sétima estava no desenvolvimento da educação dos sócios nos princípios do cooperativismo. Por último, a oitava regra estava na neutralidade política e religiosa da sociedade.

A sociedade dos pioneiros surgiu e se desenvolveu de maneira muito sólida e o grande êxito alcançado pela cooperativa de Rochdale alavancou uma incrível expansão do cooperativismo na Inglaterra. O número de sócios passou de 390 em 1984 para

10.427 em 1879 (Singer, 1998, p. 105). O cooperativismo evoluiu de forma extraordinária na Europa, durante as décadas finais do século XIX. Esses empreendimentos se desenvolviam, buscavam uma capitalização maior para competir com as demais empresas no mercado e se mostraram com uma excepcional capacidade de adaptação as oportunidades e riscos da economia de mercado.

A experiência britânica trouxe grandes ensinamentos para o desenvolvimento de formas alternativas ao capitalismo tradicional, podendo observar que existem dois caminhos viáveis para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa. A revolução completa do seu modo de produção, atuando contra o sistema capitalista, ou a criação e fomentação de formas alternativas de produção, interpenetrando o sistema capitalista e tomando espaço do modo tradicional.

3.3 DO COOPERATIVISMO AO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.

Como foi visto anteriormente, pode-se dizer que a economia solidária surgiu a partir do desenvolvimento das cooperativas dirigidas por operários nos primórdios do capitalismo industrial.

A economia solidária apareceu com seu fundamento principal focado nos princípios cooperativista, sua evolução criou debates e várias maneiras de ver tal vertente, sua composição, hoje, vai muito mais além do que a constituição de cooperativas por si só, possui conceitos muito bem fundamentados passando desde o âmbito do indivíduo até a sociedade como um todo.

Compreender seus fundamentos nos faz entender melhor seu processo e o curso que se desenvolve hoje no Brasil, por isso cabe a esse momento do trabalho desenvolver tais conceitos para a melhor compreensão do tema.

O princípio básico da economia solidária está nas relações sociais desempenhadas pelos indivíduos que compõem o ambiente em que vive. A negativa da separação entre o trabalho e a posse dos meios de produção constitui um importante fundamento da economia solidária. Na empresa solidária o empregador é o próprio empregado e o trabalhador é o próprio patrão. O trabalho e o capital acabam se fundindo, pois todos os trabalhadores são proprietários da empresa. Com isso, persiste a idéia da horizontalidade nos processos de decisão, em contraposição com as relações hierárquicas de força e poder advindas de maiores cotas de participação do capital em

empresa capitalista. Todos os membros possuem o mesmo direito e peso no processo decisório.

A empresa solidária tem sua composição básica voltada ao trabalhador que em segundo plano são os proprietários, criando assim uma finalidade que busca não a maximização do lucro, mas a quantidade e a qualidade do trabalho desenvolvido.

Singer (2002, p.86) afirma que “a economia solidária compõe-se das empresas que efetivamente praticam os princípios do cooperativismo, ou seja, a auto-gestão.” O desenvolvimento proporcionado pelas vivências anteriores e a ampla divulgação e disseminação da economia solidária nos remete a observar (com todo o respeito ao fundamento ideológico de Paul Singer) que ela abrange uma categoria muito mais ampla do que a simples adesão da atividade produtiva ao cooperativismo, ela passa por todo meio de vida dos indivíduos e a maneira como eles se relacionam com a natureza, com o ambiente social e com suas relações de produção, voltados sempre com os princípios de cooperação e solidariedade.

A agricultura orgânica cresceu bastante com a grande onda de preocupação com o meio ambiente vivido no mundo contemporâneo. Sua atuação no Brasil está estreitamente relacionada com a agricultura familiar e aos empreendimentos solidários, Mostrando que esse tipo de produção não se restringe somente ao ambiente rural, mas tem um grande impacto nas relações sociais e ambientais das cidades. Não me atentarei muito a essa questão por fugir um pouco da dinâmica adotada nesse trabalho, foi colocado apenas para complementar o argumento acima descrito e tentar mostrar que a economia solidária não atua de maneira isolada em determinadas áreas específicas, ela atinge todo um complexo de relações econômicas e sociais e que se interligam em diferentes regiões e abrange a sociedade como um todo.

A prática da economia solidária constitui um modo de produção que compõe a formação social capitalista (Paul Singer, 2002, p. 86), pois está inserida num contexto onde o modo de produção capitalista é o maior de todos e molda a superestrutura ideológica e institucional de acordo com os interesses do capital.

Em resposta a crise de 1981/83 vivida no Brasil, onde muitas empresas industriais entraram em processo de falência e pediram concordata, surge no país uma alternativa, em resposta a crise e os maiores atingidos que são os trabalhadores, que é a economia solidária.

O fechamento das empresas industriais demitiu um grande número de trabalhadores e com isso proporcionou o desenvolvimento de tecnologia para o

aproveitamento oferecido pela legislação aos trabalhadores, possibilitando os mesmo, com apoio dos sindicatos, de arrendar ou adquirir a massa falida ou o patrimônio dos antigos proprietários. Através dessa ação foi possível preservar os postos de trabalho e possibilitou a criação de cooperativas que atuam até hoje, tendo como exemplos a Wallig de fogões, em Porto Alegre, a Cooperminas de carvão em Criciúma.

A grande questão no processo de transformação da empresa capitalista em uma empresa solidária consiste em levar aos trabalhadores os princípios básicos da economia solidária e criar e convencê-los de que a união de suas forças em uma empresa em que todos são donos por igual, pode ser a alternativa mais viável nesse momento de crise.

A Secretaria de formação do sindicato dos Químicos de São Paulo foi uma das pioneiras e mais conceituadas instituições que deram suporte a transição desses empreendimentos, porém mudanças na diretoria e problemas internos fizeram que ela fechasse as portas em meados de 1991.

Em 1991 a crise na Makerly de Franca, São Paulo, gerou uma experiência crucial para o desenvolvimento e estruturação de empreendimentos solidários. O Sindicato dos sapateiros em conjunto com um antigo membro dos químicos e na época integrante do Dieese, Cido Faria, se empenharam na transformação da empresa quase falida em uma empresa de trabalhadores. Essa transformação foi um processo árduo, pois o acesso ao crédito para a compra dos maquinários só possível por meio de invasão do antigo Banespa e após 91 dias de pressão e negociação os trabalhadores conseguiram a assinatura de um acordo pelo qual, como forma de garantia do empréstimo, 49% das ações da empresa ficariam sob responsabilidade do Banco.

A experiência de Franca se tornou a base para o desenvolvimento de metodologia de transferência de empresas capitalistas aos seus próprios trabalhadores. A partir disso, possibilitou a outras empresas a entrarem nesse processo e em 1994, em São Paulo, foi realizado o 1º encontro dos Trabalhadores em Empresas de autogestão, concretizando então a criação da Anteag (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação acionária) no intuito de auxiliar no desenvolvimento de empresas solidárias.

Em 1998 foi criada a Agência de Desenvolvimento Social – ADS, fomentada por iniciativas da CUT em parceria com a Unitrabalho e o Dieese. Ela surge na função de assessoria de cooperativas rurais e urbanas e tenta constituir complexos cooperativados, com o objetivo de implementar cadeias produtivas, constituindo um plano conjunto de produção e comercialização entre os diversos empreendimentos da

cadeia de produtores, interligando os empreendimentos de forma a fortalecê-los para que possam competir no mercado com seus produtos.

A UNISOL - União e Solidariedade das Cooperativas Empreendimentos de Economia Social do Brasil surgiu em 1999 propondo objetivos e desenvolvendo funções similares ao da Anteag. Ela surgiu no intuito de representar e articular as cooperativas, associações e outros empreendimentos autogestionários da economia solidária.

A autogestão no processo do empreendimento surge como uma alternativa de governança, se valendo negar o princípio da autoridade e da hierarquia de poder. A sua formação horizontal permite que todos os proprietários, que são os próprios trabalhadores, tenham o mesmo direito no processo decisório e de certa forma saia do processo tradicional de exploração do trabalho encontrado no capitalismo.

Na medida em que se derruba a estratificação de poder e dominação dentro da empresa, modifica-se também a relação do trabalho com a formação de excedente, pois a extração da mais valia não existe mais por parte de um ou poucos indivíduos, pois ela é desenvolvida dentro do processo individual do trabalho e concentrando sua formação nas mãos do próprio trabalhador, dentro do processo coletivo de cooperação e conseqüentemente o excedente surgido se torna de usufruto do próprio indivíduo.

Um princípio importante existente na economia solidária corresponde na formação do preço justo. É claro que é extremamente complicado em se chegar ao preço justo, ainda mais em uma sociedade dotada de indivíduos com diferentes maneiras de pensar e agir e claro pela própria estrutura tradicional capitalista, que cria a idéia de maximização dos lucros como a principal fonte de sucesso. A relatividade proporcionada pela idéia de preço se torna outro grande empecilho para a formação do preço justo, pois o que é justo para um pode não ser para outro, ainda mais em uma sociedade em que se baseia o individualismo com o que o ser tem e não pelo que ele é como ser humano.

Uma das maneiras encontradas, como já vista anteriormente, consiste na formação do preço baseado em horas de trabalho, colocando uma maior ponderação em trabalhos que exijam uma qualificação técnica melhor. O grande problema dessa abordagem está na mensuração do trabalho, pois diferentes tipos de trabalho necessitam de tempo, espaço, conhecimento e técnicas específicas e assim tornando sua mensuração complicada.

A economia tradicional capitalista baseia suas trocas na relação do valor de troca, isso como própria maneira de gerar riqueza no processo de compra e venda de mercadorias. O valor de uso muitas vezes fica em segundo plano e assim limitando e criando a escassez de recursos. Fonte principal na valorização do valor de troca do bem.

Uma experiência interessante desenvolvida por membros da economia solidária consiste nas trocas solidárias, que se desenvolve na realização de troca direta ou semi-direta de bens entre os indivíduos, não necessariamente passando por intermédio da moeda para realização da troca.

As trocas solidárias geralmente são realizadas em espaços específicos (galpões, salas, espaços públicos) por membros conhecidos, ou cadastrados, em um ambiente em que se possa prevalecer a confiança entre os indivíduos e a partir disso possa efetuar as trocas. Uma questão relevante está na relação do preço, em sua maior parte, com o valor de uso do bem. Normalmente as trocas ocorrem com indivíduos que se desfazem de bens que não tem ou tem uma menor utilidade para si, para que, dessa forma, possa adquirir outro com maior utilidade.

Outro princípio que norteia a economia solidária é a do consumo do indivíduo. O consumo responsável consiste no fato de se consumir produtos vindos de “boa procedência”. O consumo de bens deve ser então de produtos onde se rompa com os princípios destruidores do capitalismo, produtos vindos de empresas que exploram trabalho e submetem pessoas a situações degradantes de vida, ou mesmo de produtos que utilizam o recurso natural sem nenhuma consciência ambiental.

O consumo responsável está na relação individual do homem com os bens que ele necessita para sua subsistência, na sua forma de aquisição e utilização do mesmo criando uma sustentabilidade ambiental e social do ambiente em que se vive.

Consumir “produtos solidários” fortalece a formação da rede, no momento em que os indivíduos produtores consomem seus próprios produtos e produtos de outros empreendimentos solidários. Ajuda na construção forte de uma rede de empreendimentos solidários e na sua ampliação e consolidação como meio produtivo.

A moeda social é um forte instrumento na realização das trocas e no escambo de mercadorias. Ela pode surgir como um artifício de manutenção do poder de compra do indivíduo, protegendo seus portadores de perda desse poder em decorrência de desvalorizações cambiais e especulações financeiras ocorridas dentro do sistema capitalista.

A moeda social funciona como forma de mensuração na tentativa da formação de preços justos dos produtos e através da própria realização da troca. Deixa em segundo plano a acumulação de riqueza, no momento em que a riqueza individual não norteia os princípios fundamentais da economia solidária.

A disponibilidade de microcrédito é uma das questões essenciais para o desenvolvimento da rede solidária. Em um país onde sua taxa de juros é extremamente alta, o acesso ao crédito, por parte de pessoas mais carentes, se torna muito baixo e muitas vezes até mesmo inviabilizando seu acesso. O crédito é fundamental para o desenvolvimento de empreendimentos, mesmo com a colaboração de diversos indivíduos com quotas de participação, os recursos financeiros, muitas vezes não são suficientes para a aquisição de materiais produtivos, pois muitos dos empreendimentos solidários são constituídos pela população com carência de recursos e as cotas de admissão das cooperativas ou associações não podem ser altas, para que não limite o acesso de novos membros. Portanto o desenvolvimento do microcrédito se torna essencial para a constituição de novos e para a ampliação de antigos empreendimentos.

As Incubadoras de Cooperativas surgem como um forte aliado na constituição de novos empreendimentos solidários, pois é preciso criar condições para a efetivação desses empreendimentos. A autogestão é um processo em constante gestação que pode sofrer avanços, mas também retrocessos. Aprende-se o que é autogestão, praticando-a.

Em 1995 foi criada a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares na Coppe/UFRJ. “A Incubadora de Cooperativas Populares veio preencher uma lacuna vital no processo de formação de cooperativas e grupos de produção associada(...)”(Singer, 2002, p.122).

O papel das incubadoras consiste no apoio físico, jurídico, técnico e institucional dos empreendimentos solidários. Elas prestam assessoria contínua, divulgando os princípios da economia solidária, ajudando os empreendimentos na organização de suas atividades produtivas ou de prestação de serviços e contribuem no processo de legalização e na busca de novos mercados e financiamento.

Com o sucesso da experiência da ITCP do Rio de Janeiro surgiu a possibilidade de ampliação das incubadoras providas da criação do Proninc (Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas) em 1998. A Finep e a Fundação Banco do Brasil então contribuem no financiamento e na constituição de mais cinco incubadoras. Na Universidade Federal do Ceará e de Juiz de Fora, na Federal Rural de Pernambuco, na Estadual da Bahia e de São Paulo.

Hoje existe um grande número de incubadoras de cooperativas, se estendendo por quase todos os estados do Brasil, em Florianópolis temos a Experiência da Incubadora Popular de Cooperativas que se encontra em seu estágio inicial de construção e que será tema de abordagem no próximo momento desse trabalho.

A participação de diversas entidades públicas e privadas, a parceria com empresas e de universidades se tornam imprescindíveis para a fomentação das incubadoras.

“O ensino é necessário para formar quadros para as próprias cooperativas e para entidades de apoio a economia solidária que continuam se multiplicando. A pesquisa é indispensável para conhecer a realidade da economia solidária no Brasil e também no exterior, de modo a sistematizar a análise e avaliação das experiências para gerar proposições teóricas que sirvam para tornar a economia solidária mais autêntica e efetiva” (Singer, 2002, p. 123).

Podemos dizer que a economia solidária, então, é norteada por princípios e desenvolvida por relações individuais e coletivas tendo a autogestão, a cooperação, a atividade econômica e a solidariedade atuando de maneira interligada, no intuito de consolidação de uma estrutura que trabalha o melhor desenvolvimento da sociedade em que se vive.

FIGURA 1 – PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.



Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil. 2005. SENAES.

A tabela abaixo mostra o mapeamento feito pela Secretaria Nacional de Economia Solidária e identifica o desenvolvimento das atividades empreendedoras solidárias em todas as regiões do Brasil.

Tabela 4 - Os Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil

| UF | Nº de EES | % EES | Nº de Municípios | % Municípios /Total de municípios |
|---------------------|---------------|---------------|------------------|-----------------------------------|
| RO | 240 | 1,6% | 40 | 75% |
| AC | 403 | 2,7% | 20 | 87% |
| AM | 304 | 2,0% | 32 | 51% |
| RR | 73 | 0,5% | 14 | 88% |
| PA | 361 | 2,4% | 51 | 35% |
| AP | 103 | 0,7% | 13 | 76% |
| TO | 400 | 2,7% | 84 | 60% |
| NORTE | 1.884 | 13% | 254 | 56% |
| MA | 567 | 3,8% | 73 | 33% |
| PI | 1.066 | 7,1% | 83 | 37% |
| CE | 1.249 | 8,4% | 134 | 72% |
| RN | 549 | 3,7% | 77 | 46% |
| PB | 446 | 3,0% | 101 | 45% |
| PE | 1.004 | 6,7% | 129 | 69% |
| AL | 205 | 1,4% | 48 | 47% |
| SE | 367 | 2,5% | 63 | 83% |
| BA | 1.096 | 7,3% | 153 | 37% |
| Nordeste | 6.549 | 44% | 861 | 48% |
| MG | 521 | 3,5% | 101 | 12% |
| ES | 259 | 1,7% | 59 | 75% |
| RJ | 723 | 4,8% | 82 | 88% |
| SP | 641 | 4,3% | 147 | 23% |
| SUDESTE | 2.144 | 14% | 389 | 23% |
| PR | 527 | 3,5% | 109 | 27% |
| SC | 431 | 2,9% | 133 | 45% |
| RS | 1.634 | 10,9% | 270 | 54% |
| SUL | 2.592 | 17% | 512 | 43% |
| MS | 234 | 1,6% | 25 | 32% |
| MT | 543 | 3,6% | 91 | 65% |
| GO | 667 | 4,5% | 127 | 51% |
| DF | 341 | 2,3% | 15 | 83% |
| CENTRO-OESTE | 1.785 | 12% | 258 | 53% |
| TOTAL | 14.954 | 100,0% | 2274 | 41% |

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil. 2005. SENAES

CAPÍTULO QUATRO

UM PROJETO DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

4.1 - ECONOMIA INFORMAL

A estruturação do espaço urbano é formada por um conjunto de fatores que se inter e intra-relacionam, criando o ambiente econômico e social da cidade. O processo de criação da riqueza permeia a base fundamental para a construção da área urbana. Como já abordado, a construção da cidade somente é possível através de acúmulo e concentração de excedente social provindos do processo produtivo.

A relação direta entre a produção de riqueza e a geração de renda permite identificar estruturas urbanas e compreender melhor toda a construção geográfica desse espaço. Um país onde a concentração de renda esta em níveis altíssimos, desenvolve dessa forma uma estrutura espacial muito desigual em localidades muito próximas, fruto, em grande parte, por conta dessa desigualdade na concentração de riqueza individual. Construindo ambientes de extrema riqueza e luxuosos padrões de vida, contrastando com áreas de extrema pobreza e de condições degradantes vividas por moradores de comunidades e bairros carentes de recursos básicos.

O frágil sistema econômico no processo de geração de emprego formal desenvolve uma dinâmica informal da economia, contribuindo ainda mais para a polarização na composição de renda.

O desenvolvimento de atividades informais surge como alternativa à pessoas vindas, em sua imensa maioria de comunidades e localidades pobres, como forma de geração de renda familiar e tendo essas atividades como sua parcela principal na composição da renda.

A palavra marginalidade surge em muitos debates substituindo a palavra pobreza e de alguma forma essa terminologia camufla uma realidade vivida no modo de produção que temos como a base do sistema. Paulo Freire apud Santos (1978, p.28) lembra que “os oprimidos não são marginais”. No momento em que não se pode analisar a favela de maneira isolada e de forma alguma os pobres não compõe a sociedade. Eles são limitados de acesso a recursos materiais, tecnológicos e sociais. A reprodução desigual do sistema rejeita os indivíduos pobres e exerce uma repressão desenvolvida pela limitação de alternativas para a modificação de seu status econômico

e social, torna-se, então, conveniente para uma elite manter essa polarização econômica, pois assim contribui ainda mais no processo de exploração da força de trabalho para o acúmulo de riqueza privada.

A atividade criminal também se desenvolve de maneira acentuada nessas localidades. A rentabilidade financeira vindas dessas atividades se torna muito atraente para esses indivíduos, que migram cada vez mais cedo para o ramo. A falta de educação formal e de estrutura familiar facilita o desenvolvimento das atividades ilícitas. A falta de auto-estima desenvolve o processo de subalternidade dos indivíduos mais pobres, criando um descrédito consigo mesmo, com a estrutura social e principalmente com o governo. Pois no momento em que a falta de acesso aos recursos disponíveis, em todos os aspectos da sociedade e que contribuem para o desenvolvimento pessoal, desperta nesses indivíduos um interesse maior nas atividades ilícitas do que nas vias legais e tradicionais do sistema econômico vigente. Mesmo que o risco seja alto, pois para quem tem pouco a perder, o risco pode valer a pena.

O Tráfico de drogas sustenta comunidades e hoje a atividade, de alguma forma, consegue criar uma dinâmica muito forte dentro de um cenário da cidade. A construção de leis e regras hierárquicas e repressoras, ao mesmo tempo em que cria um estado de medo dentro das comunidades, desenvolve o fascínio de jovens e adultos pelo enriquecimento material que essa atividade pode gerar. A interligação das diversas atividades criminais desenvolve uma dinâmica que não deixa de reproduzir o sistema tradicional capitalista, onde as relações de forças e poderes econômicos e políticos determinam a hierarquização do sistema. A construção do espírito egoísta materialista do capitalismo se repete só que de maneira mais direta com a morte e a violência física e moral.

O combate dessas atividades tratadas, de forma simplista e ineficiente, pela repressão institucional e o pensamento de que a violência é combatida somente pelo aumento da atuação policial nas ruas demonstra a hipocrisia criada, de certa forma, também, pela ignorância da elite política e econômica, onde os criminosos são somente aqueles ladrões de galinha e camufla crimes contra o patrimônio público desviando milhões de reais, que seriam destinados ao bem-estar social.

O combate à violência, passa antes de tudo, pelo desenvolvimento de criação de oportunidades a todos os indivíduos da sociedade, onde tanto o pobre quanto ao rico tenham acesso à informação, recursos básicos de higiene e principalmente a uma renda

que seja capaz de suprir necessidades mínimas de sua família, tendo essas necessidades relacionadas ao tempo e espaço atual que se encontra a sociedade.

Impossível acabar com toda a violência e a criminalidade, pois a tentação do dinheiro fácil e do enriquecimento rápido permeia o sentimento humano desenvolvido pelo sistema capitalista. O acesso a alternativas e o desenvolvimento de uma análise crítica do indivíduo, permitindo que o mesmo tenha condições de discernimento entre que é certo e errado, dentro da relatividade existente nesses conceitos, permite que a violência seja reduzida, pois este deixará de ser o mecanismo principal na tentativa de mostrar para toda a sociedade que existe algo de errado na sua estrutura.

4.1.1 - O CIRCUITO INFERIOR.

O progresso tecnológico atual desenvolve um número limitado de empregos, devido ao capital intensivo ser fator essencial de competição. A agricultura também se moderniza e expulsa a sua população, explicando o êxodo rural e a urbanização periférica. Produzindo uma alta concentração de habitantes nas cidades e deixando uma grande porcentagem da população sem trabalho e sem salário permanente, resultando na deteriorização do mercado de trabalho.

Santos (1978, p. 37) explica bem a divisão da sociedade urbana e o desenvolvimento do contraste urbano:

“Os pobres não tem acesso a um grande número de mercadorias modernas. Os mais pobres só podem obter bens de consumo corrente através de um determinado sistema de distribuição e satisfazê-las, devido ao acesso esporádico ou insuficiente ao dinheiro. Isso cria diferenças quantitativas e qualitativas de consumo”.

A dinâmica da atividade de alta tecnologia barateia seus produtos de maneira muito rápida e acaba por facilitar o acesso desses bens por parte dos indivíduos mais pobres. Pode parecer contraditório com a citação acima, mas mesmo que esse acesso se torne mais fácil, a forma de acesso e o tempo a ele por parte das duas camadas sociais, os diferem e diferenciam os dois setores sociais. O acesso a produtos modernos é conseguido geralmente por intermédio de formas de circulações menos modernas e menos capitalistas, ou através de atividades ilícitas. Enquanto um indivíduo rico tem um

acesso amplo e contínuo aos recursos modernos, o pobre o tem de maneira descontínua e limitada.

Quando se refere aos subsistemas como circuitos, existe o entendimento de todas as relações dentro de cada um. O circuito inferior às relações resulta em grande parte das relações mantidas com o circuito superior, existindo a interdependência entre ambos. Ao permitir a distinção entre os dois sistemas de maneira produtiva, permite-se identificar de forma distinta as duas populações, mesmo existindo a relação de venda da força de trabalho entre os dois circuitos, vendendo ela ao outro circuito. Milton Santos define que o circuito inferior não é informal, pois possui sua própria organização e suas próprias leis de operação e de evolução.

Compreender a dinâmica e a dialética das peculiaridades dos circuitos inferior e superior, identificarem os elementos e as características da economia global da cidade, ajuda na construção da definição dos dois circuitos. Para Santos a definição não é rígida, mas cada circuito é explicado pela combinação de atividades desempenhadas dentro de um determinado contexto e também pelo setor da população a ele vinculado pela sua atividade e consumo. O circuito superior é formado pela indústria urbana moderna, bancos, comércio exportador e importador, comércio de bens e serviços modernos, tendo o setor atacadista e de transportes como um elo entre os dois circuitos. O circuito inferior se constitui basicamente pelos diferentes tipos de pequeno comércio, da produção de bens manufaturados de capital não intensivo de capital e pela prestação de serviço não moderno.

O circuito superior opera e trabalha com crédito bancário e cada vez em quantidades maiores, as próprias firmas criam e controlam seus próprios bancos. O crédito e o dinheiro atuam com outra natureza no circuito inferior. Grande parte do crédito é pessoal e direto, indispensável para os que não tem a possibilidade de acumulação de riqueza.

No circuito inferior o curto prazo é mais importante, o lucro surge no intuito de suprir as necessidades imediatas de subsistência e sobrevivência de sua família, enquanto no circuito superior o lucro surge como forma de acumulação para a reprodução a longo prazo da própria acumulação. A quase inexistência de custos fixos e o tratamento de forma até inexpressível dos custos diretos é outra característica marcante do circuito inferior, em contrapartida, o circuito superior tem em sua composição de custos um peso alto, devido em boa parte a criação e manutenção de

seus parques fabris e em decorrência de seus altos graus de gastos em publicidade, pela sua relação com a construção e alteração do perfil da demanda.

O papel do Estado atua de maneira diferente nos dois circuitos, enquanto o superior apóia-se de forma direta e indireta na ajuda governamental, o inferior não conta com tal apoio e, em alguns casos, os tem como agentes inibidores e contrários da sua atividade.

A abordagem do problema da pobreza continuou sendo tratada como setorial ou unilateral e ainda é prejudicada e reforçada pela a ideologia do planejamento urbano e pelo preconceito contra a economia urbana pobre. A economia dos pobres, em geral é tratada como parasitária e arcaica, mas sua construção formalizada e institucionalizada transforma essa relação e constrói a ponte dos indivíduos “marginalizados” com os direitos formais do trabalhador e do cidadão.

O fluxo interno existente dentro dos subsistemas, compreendendo os mesmos como parte de uma estrutura econômica global e interligada no ambiente da cidade nos ajuda a compreender melhor a estrutura do espaço urbano e a formação dele passando pelo desenvolvimento relacional de ambos. Os dois circuitos são opostos e complementares e sua complementaridade atua como forma de dominação dessa relação.

A economia urbana é composta por um complexo sistema de estruturas correlacionadas, por isso é impossível estudar e compreender as dinâmicas dos circuitos isoladamente. Desenvolver circuitos urbanos alternativos ao modo de produção capitalista tradicional cria uma nova dinâmica social e produtiva, integrando de maneira institucional e formal os indivíduos pobres e excluídos no ambiente urbano como um todo. Disponibiliza a esses indivíduos acesso aos recursos disponíveis no espaço e possibilitando a construção de benfeitorias e melhorias nas comunidades carentes da cidade. O desenvolvimento dessas alternativas pode ajudar na criação de uma dinâmica econômica própria, interligada de maneira direta e indiretamente de uma determinada localidade com o modo de produção dominante da cidade e reduzindo a polarização da riqueza dentro dos distintos circuitos econômicos possibilitando o acesso contínuo das tecnologias e das necessidades sociais relativas de tempo e espaço por parte de uma maior quantidade de pessoas da sociedade.

4.2 - CONSTRUINDO UMA ALTERNATIVA

O processo de redistribuição de renda e de riqueza torna-se hoje um instrumento fundamental para a melhoria das condições de vida da sociedade e do processo de desenvolvimento do espaço urbano. Um dos principais motivos que sustenta as desigualdades econômicas e sociais da cidade está no desigual acesso aos recursos de formação do indivíduo como cidadão pleno. O acesso à educação formal e profissional, as tecnologias e o acesso a informações, sua forma de manejo para o intuito de possibilitar o trabalho e conseqüentemente na formação da própria renda.

Em uma sociedade competitiva como a capitalista, o conhecimento se torna fundamental para que um indivíduo entre no mercado de trabalho e tenha capacidade de sustento próprio e de sua família. A população de baixa renda se torna mais vulnerável no mercado, pois seu acesso ao conhecimento e as condições básicas de sobrevivência se encontram limitadas, reproduzindo a continuidade do sistema desigual atual. Portanto, desenvolver sistematizações de práticas em educação popular desempenha não um papel salvador, mas um instrumento de auxílio para a modificação do ambiente urbano.

Transformar uma prática do campo de ação da educação popular e inclusão social no processo de sistematização de atividades constitui a reflexão dos processos sociais existentes no ambiente urbano. As relações predominantes da sociedade, suas dinâmicas, suas ambivalências e sua própria vivência. A complexidade desse processo mostra a dificuldade de atuação, pois as particularidades e as ações direcionadas e determinadas permeiam as especificidades de cada localidade.

4.2.1 - AROEIRA

Uma ação efetiva de transformação da realidade urbana esta na realização do Aroeira - Consórcio Social da Juventude da Grande Florianópolis. Uma atuação do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) do Governo Federal, um convênio firmado com o Centro Cultural Escrava Anastácia, a entidade-âncora local, e mais vinte e seis entidades-executoras escolhidas entre organizações da sociedade civil. O principal objetivo desse projeto consiste na promoção de criação de oportunidades de trabalho, emprego e renda para jovens em maior vulnerabilidade social.

O primeiro Aroeira atendeu cerca de 1200 jovens com idades entre 16 e 24 anos, de baixa renda familiar, sem carteira de trabalho assinada, mas que estivessem matriculados no ensino regular, ou que voltassem à educação formal ou que já estivessem com o ensino médio completo. Negros, indígenas, portadores de deficiência, trabalhadores rurais, moradores de áreas de risco e jovens em conflito com a lei, constituíram-se como o público alvo de atuação do programa.

De acordo com Nadir Azibeiro (2006, p.17) o processo de capacitação do primeiro Aroeira ocorreu em Três etapas.

A primeira focada na qualificação básica. Foram implementadas oficinas de elevação da escolaridade, inclusão digital, valores humanos, ética e cidadania e educação ambiental, saúde e qualidade de vida. O principal objetivo dessa etapa estava em proporcionar conhecimentos básicos aos jovens para que pudessem se qualificar como cidadão tanto na sua atuação dentro da empresa quanto no âmbito da sociedade.

No segundo momento foi desempenhado ao desenvolvimento da oficina-escola, com cunho profissionalizante, identificando áreas de gosto dos jovens com a estrutura de atuação do mercado. A terceira etapa foi desempenhada pela formação específica, temas sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho, integração das diversas comunidades de periferia, rompendo fronteiras delimitadas por rixas entre diversas comunidades e pelas demarcações territoriais provindas do tráfico de drogas. Também foram trabalhadas e discutidas formas alternativas de inclusão social, destacando-se formas de cooperativismo e práticas empreendedoras.

Vencidos essas primeiras etapas, o momento posterior do Aroeira estava focado nos esforços de inserção dos jovens no mercado de trabalho, através de emprego formal ou de iniciativas empreendedoras. Foi observado que cerca de 40% dos jovens (Azibeiro, 2006, p. 19) encontrava-se em fase de inserção com acompanhamento nesse processo.

O Frutos do Aroeira surgiu como uma possibilidade de reintegração social de jovens oriundos de atividades criminosas. Os jovens, integrantes do Aroeira, optaram por morar em um sítio, para que pudessem atingir os objetivos de capacitação para integrarem as Cooperativas que vários grupos desejavam constituir. Vindos de localidades violentas da Grande Florianópolis, uma alternativa viável era deslocá-los para uma localidade onde saíam daquele território composto de muita violência e pobreza.

O interesse dos jovens em poderem ir para esse lugar uma vontade dos jovens e isso vez com que a direção do Consórcio, dentro dos limites financeiros, viabilizasse o espaço. Foi encontrado o lugar, buscaram a legalização do processo, contrataram profissionais que acompanhariam e desenvolveriam oficinas de capacitação profissional, além de buscas de parcerias que pudessem garantir a continuidade dos processos de socialização e elevação de escolaridade dos jovens.

O primeiro grupo era composto por quinze jovens que escolheram o nome de Frutos do Aroeira para o projeto que estava sendo desenvolvido. Todos os jovens estavam em medida sócio-educativa e alguns deles puderam sair dos centros de internação e juntar-se ao grupo do sítio.

Talvez a grande dificuldade no trabalho com esses jovens está na instabilidade do processo, o grupo oscila, de maneira muito rápida, de momentos de extrema euforia, interesse e produtividade a momentos de grande desestímulo e parece que tudo o que foi feito não chegará a lugar algum.

Mesmo esse projeto sendo um piloto e tendo sua formação processual em fases iniciais, fica claro que essas medidas podem ser uma alternativa viável não só financeiramente, mas socialmente e individualmente, pois a estrutura falida e mal organizada dos centros de recuperação repressora as liberdades e as potencialidades positivas dos jovens. Assim aumentando a agressividade e de certa forma reproduzindo a violência dos mesmos para a sociedade e para consigo mesmo. Um jovem internado custa cerca de R\$ 2.000,00 por mês, para o Aroeira esse custo foi em torno de R\$ 200,00 por mês (Azibeiro, 2006, p.24).

O Trabalho desenvolvido pelo Frutos do Aroeira visa fortalecer os jovens envolvidos para que futuramente eles possam atuar como multiplicadores dentro de suas comunidades e assim contribuir para a melhoria da qualidade de vida e modificar para melhor a estrutura do espaço urbano, não somente em localidades específicas, mas em toda a região. Atividades complementares relacionadas à saúde do corpo e do meio ambiente possibilitaram os mesmos a se compreenderem como indivíduos e como membros de toda uma relação social e de natureza.

O São Lucas funciona onde antes era a FEBEM, ele é um centro de recuperação de adolescentes infratores pautado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, porém a sua atuação repressora e reduzindo a auto-estima dos infratores, cria uma estrutura violenta dentro da instituição e assim fechando as portas às alternativas de reinclusão social dos mesmos jovens, criando uma desilusão quanto ao desenvolvimento de

atividades legais para sua geração de renda, deixando como a melhor alternativa o reingresso à atividade criminal.

Torna-se importante a modificação da estrutura das políticas públicas de segurança, a violência urbana passa por medidas muito além do que a repressão policial e jurídica, a redução da violência consiste em um conjunto de fatores que possibilite aos indivíduos da sociedade ter um conjunto de escolhas e que os mesmos tenham informação e conhecimento suficiente para tomar decisões que afetam sua idoneidade individual e coletiva, onde se possa distinguir o limite do que é certo e o que é errado e dessa forma possam ter a capacidade crítica de definição dos limites éticos da sociedade.

Nas Ondas do Aroeira surge, então, como um projeto também desenvolvido a partir da idéia do Consórcio da Juventude. Mesmo antes da criação do consórcio foi desenvolvido dentro do programa Entrelaços do Saber, desenvolvido pela UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina) a oficina de Surfe. Jovens do Pasto do Gado no Monte Cristo, reuniram-se com o intuito de participar da criação de uma oficina cooperada de surfe, suas atividades consistiam no conserto e fabricação de pranchas e acessórios ligados a esse esporte.

Em 2004 esse grupo de jovens aceitou em participar da oficina de Surfe, dessa forma procurava-se controlar a agressividade e trabalhar seus limites, uma vez que todos os participantes já tinham passagem pela justiça e continuavam a cometerem delitos.

O início das atividades do Aroeira proporcionou aos jovens uma proposta de formação cidadã, despertando e iniciando uma discussão e trabalhando a possibilidade de sustento através das atividades relacionadas ao surfe e passaram a entender a atividade como uma profissão. A partir disso pode-se apresentar a possibilidade de formação de empreendimentos cooperados e que para eles seria uma alternativa possível para suas realidades impostas pelo tráfico.

O estímulo despertado pela possibilidade empreendedora trouxe à prática pedagógica para o trabalho de concretização de tal sonho, os jovens foram estimulados a pensarem no desenvolvimento de uma marca, bem como as funções desempenhadas por cada membro dentro da cooperativa.

O andamento das atividades do Aroeira criou a necessidade de um local próprio para o processo de produção e armazenamento das pranchas. A coordenação do consórcio na procura de um galpão conseguiu algo melhor, pois ao procurar o secretário

de segurança pública, esse apresentou e disponibilizou um prédio de três andares onde antes funcionava o antigo IML. Construindo a partir desse momento uma nova caminhada no processo de desenvolvimento da cidade trabalhando a construção de oportunidades aos jovens da grande Florianópolis.

Nadir Azibeiro (2006, p.45) resume bem o papel e a função principal do projeto:

“Assumido pelo Ministério do trabalho e Emprego, com o nome de Consórcio Social da Juventude, o projeto passou a ser implementado em várias regiões do Brasil. Seu principal propósito é articular sociedade e estado para preparar e encaminhar ao mundo de trabalho, mulheres e homens jovens, em situação de vulnerabilidade pessoal e risco social, comprometendo-os, ao mesmo tempo, com suas comunidades, através do trabalho voluntário.”

A grande incógnita em se trabalhar com um projeto desse tipo está no trabalho pedagógico com os jovens no intuito dos mesmos buscarem alternativas e assim resgatar suas potencialidades. Torna-se uma difícil função ao bem estar social deles, mas a certeza de se trabalhar a não exclusão, a desconstrução da subalternidade, o cuidado com a vida e a constituição de redes são pontos fundamentais dentro do processo de concretização da esperança.

4.2.2 – INCUBADORA POPULAR DE COOPERATIVAS

Com a necessidade de ampliação de espaço para a constituição das cooperativas, o prédio que até então era do IML, passou pelo processo de arrendamento pelo Centro Cultural Escrava Anastácia. Com a cessão do prédio começou a articulação para a instalação da Incubadora Popular de Cooperativas – IPC. A constituição de uma equipe de formadores e fóruns das iniciativas empreendedoras. O projeto de criação da Incubadora Popular de Cooperativas foi inspirado nas tentativas de constituição de cooperativas populares tentadas nas periferias da Grande Florianópolis.

FIGURA 2 - IPC.



Imagem externa do prédio da Incubadora Popular de Cooperativas. Localizado no bairro Estreito, parte continental de Florianópolis. Fonte: Centro Cultural Escrava Anastácia.

Possibilidade da formação da IPC pode se constituir numa forma do Aroeira atingir seus objetivos de inserção no mercado de trabalho, mas principalmente em desenvolver atividades transformadoras do espaço e da perspectiva de vida dos indivíduos, através de alternativas cooperadas e de forma que os jovens tenham condições de crescimento e sustentação financeira por intermédio contrário ao de exploração da força produtiva desempenhada pelo capitalismo tradicional, trabalhando de maneira diferente conceitos fundamentais, como sucesso, cooperação, etc.

O passo seguinte foi dado no planejamento da IPC, ele foi realizado no terceiro trimestre de 2006 e começo do ano de 2007 e apontou, aos responsáveis pela execução de projetos do CCEA, um grande e importante desafio. Pensar alternativas viáveis às

mazelas que atingem a juventude brasileira e desenvolver um projeto inovador, que de alguma forma, contribua significativamente para alterações estruturais nas comunidades empobrecidas da cidade de Florianópolis.

A IPC, na condição de um dos projetos desenvolvidos pelo Centro Cultural Escrava Anastácia identificou três desafios fundamentais ¹:

O primeiro é o de se firmar quanto projeto viável e necessário às metas do Centro Cultural Escrava Anastácia, em relação à juventude empobrecida da Grande Florianópolis: elevação da auto-estima, capacidade de leitura de mundo, compromisso comunitário e cidadão, inserção no mundo do trabalho.

O segundo: seguindo as opções teórico-metodológicas do CCEA - cuidado com a vida, desconstrução da subalternidade, pensar e intervir a partir das margens - desenvolver uma metodologia de incubagem de *empreendimentos juvenis solidários*. Metodologia esta que englobe múltiplos fatores: desde o funcionamento de um projeto dentro de uma rede projetos, na busca de suas complementaridades, até o desenvolvimento de técnicas de identificação, estabilização, capacitação e geração de renda, de grupos inicialmente não propensos ao empreendedorismo solidário. No nosso caso, jovens e demais membros de comunidades empobrecidas.

O terceiro desafio está relacionado aos outros dois, pois, na medida em que estes logrem êxito e se perceba o resultado, a diminuição das agruras cotidianas que acometem as comunidades, acumularemos quanto entidade do movimento social organizado, mais forças para pressionar o poder público, no sentido da constituição de políticas públicas que atendam realmente as necessidades específicas da juventude. Força também que deve ser canalizada para a obtenção de vitórias na pressão por melhoras na execução das políticas públicas de massa (Saúde, Educação, Segurança Alimentar, Habitação, Desenvolvimento Econômico, esporte e lazer, etc.).

O foco da IPC esta na juventude empobrecida, moradora nas comunidades de “periferia” da região da grande Florianópolis. Trabalhando ações que contribuam para a mudança estrutural de suas condições de vidas e das gerações futuras.

¹ “Sistematização de Atividades e Propostas para a IPC (2007)”. Documento desenvolvido pela equipe de empreendedorismo da IPC.

O Jovem foi compreendido de maneira convencional como o período da vida compreendido entre os 16 e os 24 anos de idade. O CCEA, apesar de trabalhar com jovens de diversas idades, tem a maior parte de suas forças concentradas na faixa entre 16 e 24 anos. Entender que o ser jovem é mais do que uma condição de idade, e entender o jovem é relacionar a forma como esses seres humanos, em sua fase inicial de existência, se apresentam no mundo.

Hoje a juventude, talvez, seja a principal vítima do desenvolvimento do capitalismo. A crescente especialização do trabalho requer um aumento proporcional na capacitação de mão de obra. A crescente concentração da renda e da riqueza, nas mãos das grandes empresas sediadas nas nações mais ricas traz o empobrecimento dos países periféricos e, principalmente, o aumento da vulnerabilidade da população mais empobrecida dessas mesmas nações.

A violência, a baixa escolaridade, o desemprego e o bombardeio ideológico patrocinado pelos meios de comunicação, com fim único de desmobilizar esse histórico contingente contestador, montam o cenário em que estão inseridos nossos jovens e aonde trabalhamos cotidianamente.

Segundo dados² retirados do Mapa da Violência de 2006, elaborado por Julio Jacobo Waiselfisz, com dados do Subsistema de Informação sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde, referente ao decênio de 1994 a 2004, 72,1% da mortalidade juvenil teve como origem, causas externas (acidentes, envenenamento, queimadura, afogamento, etc.). Sendo considerado como causa violenta de morte, o acidente de trânsito, o homicídio, o suicídio e os óbitos por uso de armas de fogo.

No mesmo estudo foi observado que 60,4% das mortes de jovens, na referida década, foram em decorrência de homicídio, acidentes de trânsito e suicídio. Os homicídios tiveram um aumento percentual de 64,2% no período estudado, enquanto a população total aumentou apenas 48,4%.

A síntese dos dados nacionais mostra que houve uma interiorização dos homicídios, ou seja, nas capitais a variação positiva foi menor do que nas cidades do interior.

² Retirado de “Sistematização e “Sistematização de Atividades e Propostas para a IPC (2007)””.

Porém, no caso de Santa Catarina a situação foi inversa, enquanto o estado caiu da 25ª, para a 27ª posição do ranking de homicídios, com uma variação de 18,6% no número de assassinatos de jovens, Florianópolis, que em 1994 ocupava a 27ª colocação, em 2004 foi alçada à 15ª posição do ranking, com uma variação positiva de 68,4% no número de assassinatos.

Cabe ressaltar que durante esse período a IPC coordenava a constituição de outros empreendimentos cooperados, tendo a rede de cooperativas Berimbau, uma parceria com uma rede de cooperação localizada em Roma Itália, responsável pelo desenvolvimento dos grupos da panificação, de manutenção de computadores e estética afro. Com a equipe de empreendedorismo ficou a responsabilidade da rede de surfe, costura e serigrafia, além dos grupos da Marcenaria na Palhoça, Reciclagem de papel na Vila União, agentes de trilhas ecológica na Guarda do Cubatão e o grupo do loteamento Madri com a produção de artesanatos e no início do processo de reciclagem de óleo de cozinha para a produção de biodiesel.

A constituição da IPC e das primeiras cooperativas encontra-se em andamento, o que virá a seguir sempre será uma incógnita e a construção dessa alternativa surge como uma experiência única vivida não somente em Florianópolis, mas que possa servir de exemplo para o Brasil inteiro. Buscar alternativas e tentar concretizá-las será a melhor maneira de desenvolver realmente um bem-estar da sociedade. A melhor distribuição da renda será sempre um importante instrumento de combate com as desigualdades presenciadas principalmente nas cidades, trabalhar nesse aspecto, talvez seja a melhor maneira de se pensar o planejamento da cidade e a melhor forma de construir e reconstruir o espaço urbano com justiça.

4.2.2.1 - DESENVOLVENDO UMA METODOLOGIA

Essa parte do Trabalho consiste em uma experiência vivida por minha pessoa durante todo o ano de 2007. Iniciou-se com um projeto de extensão da Universidade Federal de Santa Catarina através do NESOL (Núcleo de Estudos e Práticas da Economia Solidária) e se estendeu pela iniciativa pessoal em colaboração com o NESOL – UFSC. Com isso, as informações e desenvolvimento dos trabalhos foram por mim registrados e devidamente descritos a seguir.

Fruto de ações do Centro Cultural Escrava Anastácia, a Incubadora Popular de Cooperativas (IPC) surgiu como uma outra forma de inserção dos jovens. Aproveitando

o Consórcio Social da Juventude, no mercado de trabalho dentro da perspectiva de formação de cooperativas.

No início do ano 2007, mais precisamente em janeiro, foi terminado o planejamento da IPC, sendo pensado e assim traçando sua forma de atuação em confluência com seus objetivos. Por isso foram executados os processos de capacitação dos educadores e começou a ser construído, de forma coletiva, a metodologia e os primeiros passos do processo de incubagem.

O mês de março foi iniciado com o objetivo de esclarecimento quanto à forma de inserção das atividades da Incubadora Popular de Cooperativas dentro do programa AROEIRA, a definição do foco da IPC e o planejamento das ações necessárias para a introdução do objetivo da IPC dentro do processo de formação do AROEIRA.

Iniciou-se então a formação de uma equipe de implementação de empreendimentos cooperativos (Equipe de Empreendedorismo) que passou a se reunir todas as semanas para definir os passos a serem dados nesse sentido, bem como planejar reuniões com os educadores para que esses pudessem também trabalhar dentro das oficinas a idéia de implementação de cooperativas.

Segue-se a esse processo o levantamento de aspectos importantes que deveriam ser trabalhados com os jovens para introduzir a questão do cooperativismo e também quais desses aspectos os jovens tem mais dificuldade de assimilar, que obrigará a abordá-los de forma mais concisa.

Tendo o empreendedorismo como foco da IPC e a constituição de uma cadeia produtiva com o desenvolvimento da marca SOLTO, cadeia que envolve as oficinas de costura, serigrafia e produção de pranchas de surf. Com o foco na moda jovem esportiva (surf, street) tendo a confecção de roupas como seu marco inicial. A partir disso foi trabalhado dentro dessas oficinas as questões do cooperativismo solidário, com o início desse trabalho sendo tomado a partir das experiências de vida dos próprios educadores, que em boa parte são empreendedores, e partindo dessas experiências introduzidos os demais conteúdos. Nessa primeira etapa do processo a UDESC, a Suportt e o Nesol/USFC entraram como entidades parceiras.

A formação da cooperativa surgiu a partir do aproveitamento do Aroeira em três oficinas que estavam sendo realizadas, a de costura, a de serigrafia e a de confecção e manutenção de pranchas de surfe, do qual no início estavam situados mais de 100 jovens. A partir disso começou a se definir os processos de seleção e avaliação dos

jovens, onde ao final da capacitação estivesse em torno de cinquenta jovens para que se pudesse dar início a constituição da cooperativa.

A equipe de empreendedorismo pensou e planejou a elaboração de uma estratégia para desenvolver formas de se trabalhar a Humanização do espaço. Outro aspecto importante que foi colocado consiste no fato de se trabalhar, a partir da história de vida dos jovens, a questão da solidariedade entre os próprios e para com os outros. Mostrando a real possibilidade de mudança existente quando optamos pelo cooperativismo. Todavia foi importante trabalhar os direitos e deveres desses jovens, bem como a construção de uma identidade coletiva.

Durante esse período foi realizada a construção de uma metodologia para fazer a passagem em sala, isso no intuito de abordar os temas levantados como sendo uma real possibilidade de mudança, em conjunto o que é necessário para que se possa conseguir atingir essa mudança. Foi feita também uma apresentação inicial, por parte da equipe de empreendedorismo, sobre o que é cooperativismo, fazendo um levantamento de idéias sobre o que faremos desse momento em diante e que instrumentos temos para isso.

O objetivo dessas passagens é o de gerar questionamentos sobre os motivos que levam os jovens a estarem participando do Aroeira. Foram apresentadas noções sobre o cooperativismo e a possibilidade de geração de renda via cooperativa, isso através de questionamentos (o que é? O que é necessário? É possível?) com o intuito de despertar o desejo e também o de terem um breve contato com o tema.

Nas passagens em sala foram abordados alguns conceitos chaves como a Solidariedade, Confiança, Comprometimento, Identidade e o fator geração de renda como isca para atrair e para auxiliar na construção do desejo para com os jovens.

Nesse período a equipe de empreendedorismo começou a discutir e a construir a metodologia do processo de seleção dos jovens para a constituição das cooperativas, através da construção de um quadro de indicadores constituído pela aplicação de questionários, pela avaliação presencial, pelo comportamento nas oficinas, o quadro de metas, outros...

No âmbito do trabalho de formação dos grupos a serem incubados, foram realizadas atividades focadas dentro da perspectiva de construção do desejo, além de trabalhar alguns conceitos chaves que são essenciais para a formação das cooperativas: Solidariedade; Confiança; Identidade; Cooperação; Trabalho em equipe; Estratégia, Comunicação, Auto-Estima, Criatividade, Autonomia.

Para se atingir tal objetivo foi realizado a elaboração de um calendário de trabalho e de execução do mesmo, consistindo na realização de jogos cooperativos.

Depois de realizadas as atividades, foi aberto espaço para discussão e avaliação dos resultados das dinâmicas com os jovens. Suas impressões, visões e a ligação delas para com as questões trabalhadas em suas vidas.

Durante o mês foi discutido o papel e o envolvimento dos educadores como parte ativa do processo de incubagem e ficando levantado a construção de uma proposta, junto com os educadores, para a realização da terceira fase (como ? o que fazer?).

Foi feito o levantamento da estrutura da incubadora para que se realize o processo, constituído pela Equipe de Empreendedorismo, Educadores, Administração do Prédio, além de discutido e definido como se trabalhar cada conceito chave (o que é?).

Solidariedade = Auxílio Mútuo, desdobramentos => Identidade, solidariedade para como o grupo, percepção enquanto ser social, prática consciente, inverso do individualismo, manter-se unido.

Confiança = Confiança em si (competência) e em terceiros, Responsabilidade, Compromisso.

Identidade = Regional, construção de identidade como grupo empreendedor com a atividade a ser desenvolvida.

O que motiva = identidade com a profissão (lógica cooperativa), geração de renda, independência financeira, trabalho em grupo.

A equipe de empreendedorismo discutiu e traçou as etapas necessárias para o processo de incubagem das cooperativas da IPC.

Empreendedorismo = Primeira fase, vontade – necessidade.

Segunda fase, Técnica.

Terceira fase, Planejamento.

Quarta fase, Execução – O que, quando, como e quem.

Quinta fase, Sucesso. Função dos indicadores para medir benefícios e resultados.

O mês de maio foi dedicado para a realização da 3ª tapa do planejamento da pré-incubagem, que consiste na formação, capacitação, apreciação dos conceitos chaves (técnicos solidários) pelos jovens, na formação e definição dos grupos e elaborando o processo de transição para a incubagem.

Dentro dessa terceira etapa existiram dois planos:

Plano um tendo como objetivos a definição de foco, aperfeiçoamento técnico, a seleção dos Jovens e formação dos grupos em definitivos. O Plano dois com objetivo de formação definitiva dos grupos e a transição para a Incubagem.

No mês de junho o foco do trabalho foi efetuado dentro do processo da seleção definitiva dos grupos, e a continuidade das avaliações elaboradas no mês anterior. Para essa finalidade foi apresentada uma proposta, em forma de planilha, de planejamento das atividades a serem elaboradas com os grupos.

Nesse mês também foi elaborada a planilha de indicadores de seleção dos jovens para o processo de incubagem, trabalhando a idéia de seleção inclusiva, onde os jovens terão duas opções de inserção, uma via mercado formal outra via a formação das cooperativas. O processo de seleção para a cooperativa consiste basicamente em três aspectos avaliativos:

Auto-Avaliação – avaliação feita pelos próprios jovens sobre sua participação na oficina.

Avaliação dos educadores – os educadores dentro de suas observações cotidianas.

Quando de metas - consiste no cumprimento de tarefas e prazos determinados com o grupo envolvendo atividades produtivas de cada oficina.

A primeira atividade que utilizou o quadro de metas como mecanismo de avaliação e ação, foi o desfile realizado no dia 31 de maio, onde cada grupo integrante da Solto apresentou os seus produtos que foram produzidos pelos próprios jovens dentro de um prazo estipulado.

Foram produzidas saias, camisetas e pranchas de surfe, sendo apresentados a todas as pessoas da IPC. O desfile contou com apresentação de música realizada pelos jovens da oficina de música e um lanche produzido pelo grupo da panificação. Essa experiência foi importante, pois os jovens começaram a se familiarizar com a existência de prazos e metas de produção existentes no mercado, além de propiciar mais união e comprometimento entre o grupo e para com o trabalho.

Nesse mês foram colocados às peculiaridades e o andamento de cada oficina, com isso foram realizados os ajustes das atividades realizadas, além de se avaliar o resultados obtidos das atividades até então realizadas.

Nesse mês também foi realizado o segundo desfile da Solto, desfile esse que contou com maior participação dos jovens na durante a produção das peças. Ficou sob

responsabilidade dos mesmos o levantamento de preços dos insumos, a compra e a produção propriamente dita. A cada atividade foi buscado agregar elementos diferentes tornando a atividade cada vez mais complexa e mais próxima da realidade do mercado.

Deu-se início também ao planejamento da etapa de incubagem a ser iniciada a partir do dia 23 de julho, tendo a idéia da construção da coleção da marca Solto como um dos focos prioritários. Para isso é essencial a realização de uma ampla pesquisa de mercado para identificar quem é o nosso público alvo e também para avaliar qual é a capacidade de produção da cooperativa.

A partir desses dados foi que se começou a pensar a coleção e tendo essas demandas surgiu a possibilidade de estabelecer parcerias, como por exemplo, a montagem de uma equipe de criação e desenvolvimento de produtos em cooperação com a UDESC.

Em reunião com a equipe de moda da UDESC surgiu a proposta de fazer a coleção da Solto baseada em apenas um produto de início. Camisetas seriam as primeiras peças, dessa forma, pensando em introduzir um diferencial como, por exemplo, a utilização de malhas alternativas ecologicamente corretas.

Houve a definição de duas equipes, uma para o desenvolvimento do Layout da camiseta e outra de criação de arte, tendo a utilização de desenho legitimado, bem como a definição dos maquinários e análise dos materiais necessários.

Nesse estágio foi construída a viabilidade da parceria com a Eco-Moda, através do desenvolvimento de um protótipo dentro da própria UDESC, com os trabalhos desenvolvidos em equipes em torno de 15 jovens. Cada grupo devendo ter uma coordenação responsável definido pelos próprios jovens. Surgindo assim a possibilidade de se fazer um encontro semanal com todos os jovens para que eles possam ter o conhecimento do processo como um todo, com isso tem a necessidade de se desenvolver Work-Shops com eles para que se possa identificar vocações e talentos específicos, tornando possível identificar e definir funções e ações dos jovens.

Na primeira quinzena do mês de julho foi concluído o processo de seleção dos jovens. Foi concluído também o planejamento da primeira fase da incubagem que consistirá em seminários introdutórios que tratarão das diferentes áreas a serem desenvolvidas na Solto, englobando, dentre outros, aspectos de gestão, produção e comunicação.

Esses seminários têm como objetivo além de proporcionar uma visão geral do processo para os jovens, identificar possíveis áreas de interesse específicas por parte dos

mesmos e assim terão a oportunidade de se aprofundar nas que lhes parecerem mais atrativas.

Como já colocado acima, o processo de incubagem foi definido em quatro fases – pré-incubagem, incubagem, teste e graduação. Dentro dessa definição do processo ocorreu outra divisão que corresponde à data de lançamento da marca solto. A primeira fase da incubagem que teve início após o recesso das atividades do Aroeira, mais precisamente no dia 23 de julho de 2007 e foi até a definição do estatuto e finalização e definição dos produtos da solto, tendo sua programação inicial para setembro, porém com sua conclusão no mês de outubro devido a fatores excepcionais. Nesse período ocorreram atividades relacionadas a oficinas de qualificação, desenvolvimento de produtos, discussão do estatuto e outras.

Na primeira quinzena após o retorno das atividades, para que se desse início ao processo de incubagem, foram realizadas oficinas de apoio à decisão, essas têm por finalidade apresentar um conjunto de informações aos jovens, permitindo estes identificar suas aptidões e assim optar por uma das áreas de gestão do negócio. Sua principal função constituiu no auxílio aos jovens na decisão de qual caminho ele irá seguir dentro da administração do empreendimento, podendo se tornar um diretor da área escolhida, ou manter-se na produção direta.

Essas oficinas têm duração de 24 de julho a 09 de agosto. No dia 10 de agosto foi realizada uma discussão com os jovens para formação dos grupos e desenvolvimento de atividades de aprimoramento nas áreas escolhidas.

Cabe ressaltar que os jovens puderam escolher a área de maior interesse, não existindo qualquer indicação direta da equipe de empreendedorismo, mas estando presente nos auxílios a decisões tomadas por parte deles. Cabe também abordar, que o jovem que mudar de idéia poderá trocar de oficinas e aqueles que não quiserem optar por nenhuma área também serão respeitados. O objetivo dessa atividade é iniciar a formação do corpo diretivo e administrativo da Cooperativa, sabendo que existem membros que fizeram à opção de apenas participar da produção.

As OAD's tiveram seu conteúdo baseado nas seguintes áreas:

OAD - Conceitos Fundamentais Cooperativismo

Essa OAD foi ministrada pela Equipe da IPC. Ficando a cargo do organizador a forma de apresentação dos conteúdos, tendo como sugestão que de alguma forma os conceitos a seguir sejam abordados:

- Equidade

- Pluralidade nas decisões
- Solidariedade de produção
- Relacionamento justo
- Transparência financeira
- Compromisso

OAD 2 – Desenvolvimento de produtos, Comunicação e Expressão Visual.

Essa OAD foi ministrada pela equipe da IPC, em conjunto com o CEART/UEDESC. Devido à especificidade do tema, a equipe responsável definiu os conteúdos e a característica da oficina, a equipe do IPC no contato com a equipe indicou alguns temas, listados a seguir:

- Marketing
- Gestão de Marca
- Design
- Comunicação interna
- Propaganda

OAD 3 – Administração voltada a Indústria do Surf

Será ministrada por um colaborador do Curso de Gestão de negócios do Surf, da UNIVALI, seguindo os conceitos abaixo:

- Desenvolvimento de rotinas
- RH conceitos desempenho dos cooperados
- Gestão de estoques
- Gerenciamento de fornecedores
- Gerenciamento de distribuição
- Vendas.

OAD 4 – Contabilidade e Finanças

Ministrada pela equipe do CCEA em conjunto com a da IPC, balizado pelos seguintes conceitos:

- Fluxo de caixa
- Contas a pagar e receber
- Apuração dos resultados

- Controle de custos
- Orçamentos
- Formação de preços
- Divisão de resultados
- Planejamento

OAD 5 – Controle da Produção

Estão sendo levantados conceitos e informações com o CTC-UFSC. Esses participarão da elaboração dos conteúdos, entretanto, a aplicação será realizada pela equipe do IPC. O principal objetivo é demonstrar a importância da sincronização da produção e as formas de conseguir - lá.

- Máquinas
- Utilização de insumos
- Rotinas de produção
- Lay Out produtivo
- Desenvolvimento de produtos.

OAD 6 - Gestão da Qualidade

Ministrado pela equipe da IPC tendo como orientação aos seguintes temas:

- Importância da Qualidade
- Como ela vem se desenvolvendo/modelo de excelência
- Qualidade do projeto ao produto
- Qualidade no processo e nas relações
- Qualidade: papel de todos
- Qualidade in-line, off-line e on-line
- Perfil dos gerentes de qualidade

Após a realização das oficinas, a próxima etapa do planejamento constituiu no diálogo com os jovens no intuito de auxiliar suas escolhas através de um planejamento trabalhando seus desejos, sendo definido pela equipe de empreendedorismo pela denominação de ***O que EU quero?***

Neste momento o jovem se defrontou com sua primeira decisão importante para os rumos da SOLTO, em que área atuará ao longo do desenvolvimento do empreendimento. Lembrando que esta decisão, pela magnitude que possui pode não ser definitiva, mas tem de ser madura. Após a realização das oficinas de apoio a decisão, foram realizados grupos de discussão para definir os grupos de estudo, trabalhando com temáticas definidas, através de oficinas específicas.

TABELA 5. OAD'S

| Oficina Específica | Responsáveis |
|---------------------------|---------------------|
| Comunicação e Des. Prod. | IPC – Udesc |
| Administração | UNIVALI |
| Contabilidade e Finanças | CCEA – IPC |
| Controle da Produção | IPC – UFSC |
| Gestão da Qualidade | IPC – UFSC |

Fonte: Equipe de Empreendedorismo IPC.

Nesse período teve início a discussão de aspectos jurídicos e formalização do estatuto, com o objetivo de apresentar para os jovens as funções e a necessidade de elaboração do Estatuto, incentivando a discussão e a formulação de um Estatuto próprio para formalização ocorrido no dia 13/10/2007. Tendo sido definido suas principais atividades:

- 1º Definição do tipo de empreendimento: foi feito pela cooperativa.
- 2º Definição do modelo do estatuto
- 3º Discussão de direitos e Deveres
- 4º Elaboração do estatuto
- 5º Votação do Estatuto
- 6º Formalização do Estatuto

Foram, até o término da minha experiência dentro da IPC, desenvolvidas as cinco primeiras etapas acima descritas, estando em andamento o processo de formalização, através dos trâmites burocráticos legais necessários de acordo com os órgãos legais de regimento.

A Segunda fase se deu nos meses de outubro e novembro. Este sendo o período em que os produtos desenvolvidos nas fases anteriores foram aprovados, produzidos e alguns já foram comercializados. Em dezembro foi realizado o lançamento oficial da Solto, em parceria com o curso de Moda da Udesc além da previsão da inauguração da loja da Solto.

O grupo formado pela oficina de Desenvolvimento de Produtos e Comunicação iniciou logo após a oficina o trabalho junto com a UDESC para o desenvolvimento de produtos, estampas e cores que farão parte da coleção da “*SOLTO*”, *Verão 2007/2008*, a ser lançada em dezembro.

O desenvolvimento dos produtos se deu desde o início do processo de incubagem até o mês de outubro, estando este em constante aperfeiçoamento dentro de um trabalho de construção. Dessa forma o grupo teve esses meses para realização dessa tarefa. Ainda no mês de outubro o grupo apresentou aos demais membros da cooperativa suas opções e de forma democrática, definiram quais entrarão em processo de produção.

Enquanto esse procedimento se desenvolve, a equipe da IPC trabalha na propaganda que envolve o lançamento da coleção e da inauguração da loja. Mas principalmente procurando canais diversificados de distribuição dos produtos a serem confeccionados.

Durante o processo de incubagem os membros das cooperativas estiveram dentro de um processo de formação técnica continuada – chão de fábrica. Esta etapa foi desenvolvida com a influência de três etapas descritas anteriormente – Gestão da qualidade, Controle da Produção e desenvolvimento de produtos para comercialização.

Esse processo que foi iniciado no Aroeira, é um processo constante que visa o aprimoramento dos jovens e dos processos de produção. Nessa etapa buscam-se identificar a capacidade de produção, os modelos com maior dificuldade, possíveis inviabilidades produtivas, testes de sincronização da produção (principalmente costura e serigrafia) entre outros.

Cabe ressaltar que durante esse período a IPC coordenava a constituição de outros empreendimentos cooperados, tendo a rede de cooperativas Berimbau, uma parceria com uma rede de cooperação localizada em Roma Itália, responsável pelo desenvolvimento dos grupos da panificação, de manutenção de computadores e estética afro. Com a equipe de empreendedorismo ficou a responsabilidade da rede de surfe, costura e serigrafia, além dos grupos da Marcenaria na Palhoça, Reciclagem de papel na

Vila União, agentes de trilhas ecológica na Guarda do Cubatão e o grupo do loteamento Madri com a produção de artesanatos e no início do processo de reciclagem de óleo de cozinha para a produção de biodiesel.

A constituição da IPC e das primeiras cooperativas encontra-se em andamento, o que virá a seguir sempre será uma incógnita e a construção dessa alternativa surge como uma experiência única vivida não somente em Florianópolis, mas que possa servir de exemplo para o Brasil inteiro. Buscar alternativas e tentar concretizá-las será a melhor maneira de desenvolver realmente um bem-estar da sociedade. A melhor distribuição da renda será sempre um importante instrumento de combate com as desigualdades presenciadas principalmente nas cidades, trabalhar nesse aspecto, talvez seja a melhor maneira de se pensar o planejamento da cidade e a melhor forma de construir e reconstruir o espaço urbano com justiça.

4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O desenvolvimento concreto de utopias talvez seja uma alternativa viável para a transformação positiva do espaço urbano e assim potencializar a questão da justiça social nas cidades.

O urbanismo possui uma relação muito estreita com a extração do excedente da produção, no momento em que o urbanismo surge na concentração de produto social excedente em algum ponto no espaço.

O processo de realização de projetos focados na redistribuição de renda contribui para que o crescimento e o surgimento de novas atividades produtivas colaborem para uma melhor composição da renda. Possibilita que indivíduos mais pobres e dotados de limitações de acesso a recursos chaves para o crescimento pessoal e profissional, possam auferir das benfeitorias que o capitalismo é capaz de produzir.

O Aroeira e a Incubadora Popular de Cooperativas (IPC) são projetos que visam a capacitação profissional de jovens da periferia da Grande Florianópolis. A IPC surge como um passo adiante no processo de redistribuição de renda, pois além da capacitação profissional, existe um auxílio para a constituição de cooperativas produtivas e de prestação de serviços, tendo equipes, organizações e instituições públicas e privadas contribuindo para a formalização e consolidação das cooperativas.

A possibilidade dos jovens em ingressarem no mercado, com uma base estruturada com o apoio da IPC, através de uma atividade produtiva alternativa do modo

de produção capitalista, possibilita que os jovens retomem a auto-estima e vislumbrem a modificação de sua condição de pobreza dentro de um ambiente social. A construção do desejo torna-se fundamental para esse processo.

Fomentar cooperativas em comunidades mais carentes de estrutura física, social e econômica, além de estarem em condições mais vulneráveis de repressão pela violência direta, pode ser uma solução viável para a transformação daquela realidade presente no específico espaço. Desenvolver a riqueza local através de uma atividade cooperativa possibilita a formação de grupo político forte e coeso capaz de trazerem benfeitorias para suas localidades e assim possuindo representação política que de fato defenda os interesses das comunidades.

Muitas políticas públicas específicas para determinadas localidades são efetuadas por indivíduos de fora de seu contexto social e com isso não impossibilitando analisar os reais problemas enfrentados por tais comunidades, pois somente com a vivência diária se torna possível detectar certos gargalos.

Trabalhar de maneira específica cada localidade que estava sendo executada o projeto foi um aspecto muito bem direcionado. Pois no momento em que mesmo estando na mesma cidade, as diferenças nas escalas geográficas apresentadas por toda ela nos diferentes bairros, comunidades e localidades, a relação de hierarquização de forças e poderes presentes dentro das próprias comunidades, a diversidade de pensamentos, gostos e objetivos dos indivíduos, necessita de ponto factível de abordagem e de trabalho efetuado.

A IPC se baliza pelos princípios da economia solidária, sua atuação proporciona aos jovens uma análise crítica sobre sua condição como indivíduo e ser social. Ao serem apresentados princípios e possibilidades que não as tradicionais do mercado de trabalho, desenvolve-se uma alternativa a eles a toda a comunidade, pois cria uma dinâmica econômica própria e fortalecendo áreas antes marginalizadas.

A disponibilidade de alternativas surge como o grande orientador no processo de transformação do espaço. O desenvolvimento de uma análise crítica por parte dos jovens, capaz de fazer com que esses indivíduos possuam discernimento do certo e errado, dentro do seu relativismo social, faz com que grande parcela das pessoas tenha condições de escolhas para a atividade que gerará a sua renda.

A capacitação desenvolve o conhecimento individual e conseqüentemente coletivo, proporcionar alternativas para a atividade lícita e trabalhando de maneira solidária, ajuda na construção de uma base social e política forte o suficiente para a

articulação de processos que tragam reais melhorias e benefícios para suas comunidades.

O modo de produção cooperativo pode contribuir muito para o processo de consolidação da transformação do espaço urbano. As suas relações sociais e produtivas se tornam possíveis de penetração no modo de produção capitalista tradicional e sua relação de construção e distribuição de riqueza pode ajudar na busca da sonhada justiça social na cidade. A redistribuição de renda se torna instrumento fundamental para o processo de planejamento urbano, podendo ser um caminho concreto para a transformação positiva do espaço e ambiente urbano.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGUIAR, André Ruas de Aguiar; BALBIM, Alceu; NARZETTI, Willian Carlos; BARBOSA Rafael Kellermann; OLIVEIRA, Israel Montesuma; SOARES, Claudia L.B. **Sistematização de Atividades e Propostas Para a Incubadora Popular de Cooperativas**. Florianópolis: Centro Cultural Escrava Anastácia, 2007.

AZIBEIRO, Nadir Esperança. **Que Cara tem o Aroeira?** Florianópolis: CEPEC, 2006.

CECA - Centro de Estudos Cultura e Cidadania. **Uma cidade numa ilha: Relatório sobre os problemas sócio-ambientais da ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 1996.

EBENEZER, Howard. **Cidades-Jardins de Amanhã**. São Paulo: Hucitec, 1996.

ECO, Umberto. **Como se Faz uma Tese**. São Paulo: Perspectiva, 20 ed., 2005.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2ª ed., 2006.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT Comentadas para Trabalhos Científicos**. Curitiba: Juruá, 2ª ed., 2007.

JUNIOR, Alceu Balbim. Programação Econômica e Desenvolvimento Local Sustentável: **Análise da Estrutura Economia, Social, Ambiental e Institucional de Ilha Bela – SP**. Florianópolis, 2004, Monografia, UFSC.

KEYNES, John Maynard. **A teoria Geral do Emprego, Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

LECHAT, Noëlle M. P.. BARCELOS, Eronita da Silva. **Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários**. Florianópolis, jun. 2008. Revista Katályses. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 5 mar. 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 2ª ed., 1989.

MARX, Karl. **O Capital**. Nova York: International Publishers, 1967.

MORRIS, William. **Notícias de Lugar Nenhum**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. São Paulo, Recife: Hucitec, 1978.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **A teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 2007.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante: Repensando o socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da economia Solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

WELLEN, Henrique André Ramos. **Contribuição à Crítica da “Economia Solidária”**. Florianópolis, jun. 2008. Revista Katályses. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 5 mar. 2008.

WILDE, Oscar. **A Alma do Homem sob o Socialismo**. Porto Alegre: L&PM, 2003.

www.ipuf.org.br acesso em: 04 de abril de 2008.

www.pmf.sc.org.br acesso em: 04 de abril de 2008.

www.ibge.gov.br acesso em: 15 de maio de 2008.

www.ipea.gov.br acesso em: 15 de maio de 2008.

www.mte.gov.br acesso em: 15 de maio de 2008.

www.febs.org.br acesso em: 06 de junho de 2008.

www.bc.gov.br acesso em: 06 de junho de 2008.

APÊNDICE

ANEXO I - PLANTA INTERNA DA INCUBADORA POPULAR DE COOPERATIVAS.

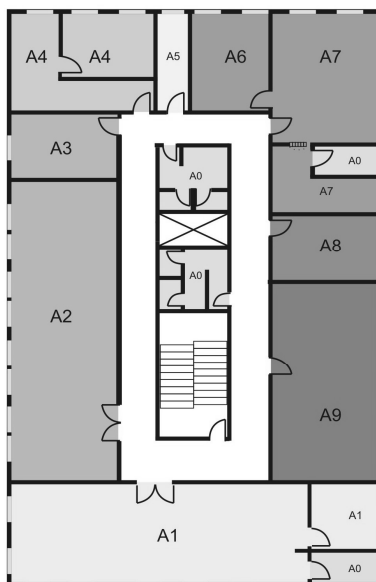


Incubadora Popular de Cooperativas



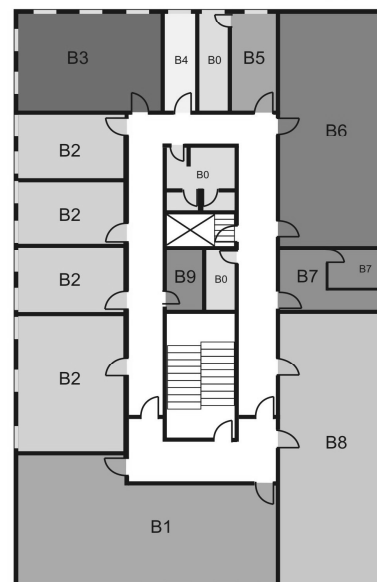
IPC - Térreo

- T0 - Banheiros
- T1 - Recepção
- T2 - Loja da IPC
- T3 - Espera
- T4 - Loja Insumos de Informática
- T5 - Ouvidoria / sala para jovens
- T6 - Lanchonete
- T7 - Processamento de Alimentos
- T8 - Cozinha / Refeitório
- T9 - Oficina do Surf
- T10 - Almojarifado



IPC - 1º Pavimento

- A0 - Banheiros
- A1 - Sala de Serigrafia
- A2 - Ateliê de Costura
- A3 - Atendimento
- A4 - Laboratório Fotográfico
- A5 - Copa
- A6 - Estúdio Musical
- A7 - Manutenção de instrumentos Musicais
- A8 - Almojarifado
- A9 - Manutenção de Computadores



IPC - 2º Pavimento

- B0 - Banheiros
- B1 - Mini Auditório / Sala de Reuniões
- B2 - Salas de Formação
- B3 - Biblioteca
- B4 - Copa
- B5 - Alojamento
- B6 - Laboratório de Informática
- B7 - Rádio Comunitária / Estúdio Fonográfico
- B8 - Administração
- B9 - Almojarifado

Fonte: Incubadora Popular de Cooperativas.

ANEXO II - TÉRREO DA IPC.

TÉRREO



Incubadora Popular de Cooperativas



Oficina do Surf



Panificação



Graduação

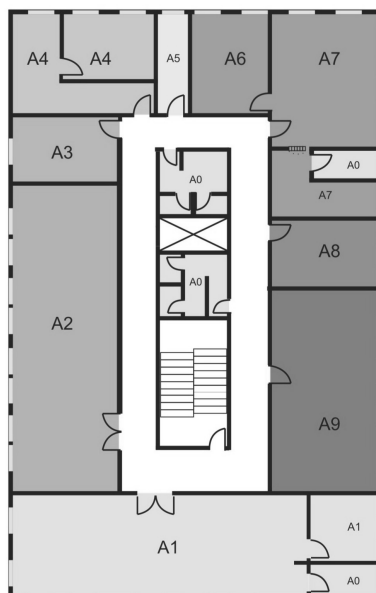


Fonte: Incubadora Popular de Cooperativas.

ANEXO III - PRIMEIRO ANDAR DA IPC.

Primeiro Andar

IPC Incubadora Popular de Cooperativas



Costura



Serigrafia



Percussão



Manutenção de Computadores

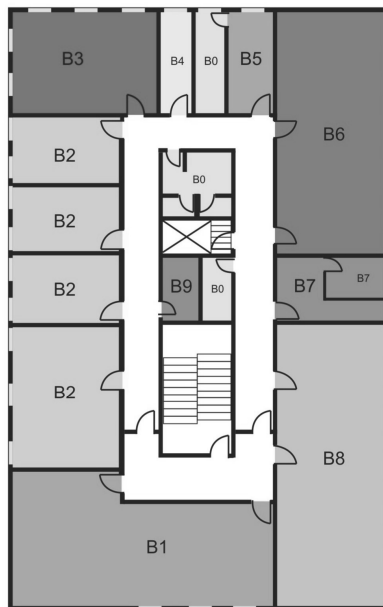


Fonte: Incubadora Popular de Cooperativas.

ANEXO IV - SEGUNDO ANDAR DA IPC.

Segundo Andar

IPC Incubadora Popular de Cooperativas



Guia de trilha



CEJA/EJA



Laboratório de Informática



Fonte: Incubadora Popular de Cooperativas.

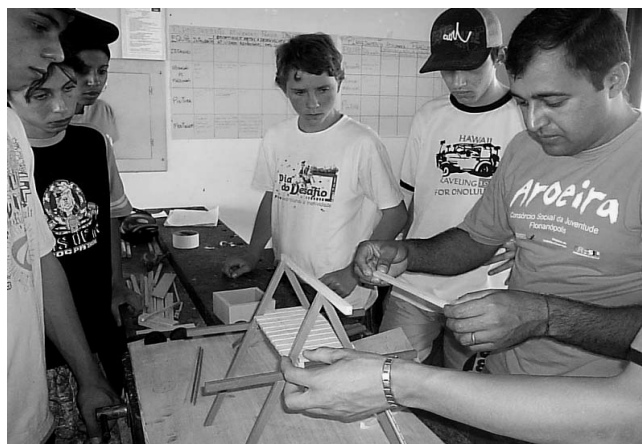
ANEXO V - ESPAÇOS DE INCUBAGEM EM OUTRAS LOCALIDADES DE FLORIANÓPOLIS.

Espaços em Incubagem na Palhoça

Guia de trilhas ecológicas



Marcenaria



Espaços em Incubagem na Vila União.

